



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**ONDAS E MARÉS NO CONE SUL: O MERCOSUL EM MEIO À ASCENSÃO DE
UM NOVO TIPO DE REGIONALISMO**

MARCOS EDUARDO DA SILVA RIBEIRO

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2022

MARCOS EDUARDO DA SILVA RIBEIRO

**ONDAS E MARÉS NO CONE SUL: O MERCOSUL EM MEIO À ASCENSÃO DE
UM NOVO TIPO DE REGIONALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira.

SÃO CRISTÓVÃO – SE

2022

MARCOS EDUARDO DA SILVA RIBEIRO

**ONDAS E MARÉS NO CONE SUL: O MERCOSUL EM MEIO À ASCENSÃO DE
UM NOVO TIPO DE REGIONALISMO**

Trabalho de Conclusão de Curso II apresentado ao Departamento de Relações Internacionais,
da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Cairo Gabriel Borges Junqueira
Orientador – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Rodrigo Barros de Albuquerque
Examinador – Universidade Federal de Sergipe

Prof.^a Dr.^a Livia Peres Milani
Examinadora Externa – Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas

NOTA: _____

São Cristóvão, ____ de junho de 2022

AGRADECIMENTOS

Há muitos motivos para ser grato durante uma graduação, afinal, é um momento da vida que apresenta diversos desafios e oportunidades na vida de alguém. Sair de uma cidade pequena do interior da Bahia para morar sozinho em uma capital que eu nunca tinha conhecido antes não é algo simples e, mesmo assim, dentro de meses – desde o resultado do ENEM até a matrícula na universidade – essa era a minha nova realidade. Mas nada disso seria possível sem todas as pessoas que sempre estiveram ao meu redor e me apoiaram.

Em primeiro lugar, eu tenho que agradecer à minha família que sempre deu alma e coração para me apoiar em meus estudos, sem falar de todo o amor que nunca faltou. Obrigado a meu pai, por todo o sustento e todo o carinho, sem o senhor eu não teria sido capaz de realizar meus sonhos. Além de pai, o senhor é meu companheiro, que está do meu lado seja para uma orientação para os desafios da vida ou seja para tomar uma cervejinha na beira da piscina. Obrigado a minha mãe, por todos os conselhos, pela atenção e por me ouvir reclamar tanto sobre escrever o TCC, sua mão me guiou espiritualmente e emocionalmente durante minha jornada. Hoje eu reconheço que seus puxões de orelha sempre foram porque, mais do que qualquer outra pessoa, a senhora enxerga em mim um brilho que nem mesmo eu consigo ver e isso deve ser um superpoder especial que as mães têm. Obrigado a meus irmãos, Heloíse e Bruno, que sempre tornaram os meses de férias, em que eu voltava para casa, um momento de alegria e conforto. Eu não poderia pedir por irmãos melhores, perto de vocês eu posso ser eu mesmo sem medo, sabendo que eu vou encontrar só um pouquinho de julgamento porque vocês são igualmente presepeiros. Todos vocês são minha bateria, onde eu posso me recarregar quando falta aquela força, e por isso eu sou muito grato. Amo vocês do fundo do meu coração. Eu também não poderia deixar de mencionar minha vó Célia e minha vó Valdira, que cuidam tão bem de mim como verdadeiras mães; minha Dinda Kathia (desculpa por não responder todas as imagens religiosas de bom dia), que tem um abraço que é lar e um cuidado com todo mundo que é inspirador; minha tia Valda, infelizmente eu não consegui te levar para Dubai como a gente tanto falava, mas sei que mesmo tão longe de mim agora, a senhora continua me protegendo com o mesmo manto de amor; minha prima Julia, minha confidente desde o primeiro ano de vida, menina do riso livre e melhor acompanhante de viagens, conte comigo para qualquer coisa; meu quase-irmão Waguinho, saiba que o The Sims 2 que você instalou no computador foi responsável por moldar minha personalidade, eu gosto de você de graça, obrigado por tudo, inclusive pela senha do Globoplay.

Quero agradecer a meus amigos, pelo companheirismo e pelo suporte de sempre. Eu não poderia dar o título de melhor amiga para ninguém se não Michelle, que mesmo com toda nossa inocência pueril, lá em 2013, conseguimos construir uma relação tão forte, bonita e simples e que até hoje carregamos intacta. Você é minha estrela-guia, meu sol, minha lua e todos os astros que há nesse cosmos, todos os pontos de luz na escuridão apontam para você. Obrigado, mesmo, mesmo, por toda a leveza que você me trouxe. Se não fosse por você, quando eu mais precisei, esse TCC nem existiria, então eu estimo que você tem 20% de crédito nele. Em 2017, por alguma sorte do destino, ou algo assim, Jadson entrou em minha vida e mais do que um colega de quarto acabou tornando-se um irmão para mim. Obrigado, meu amigo, por todo o apoio, o ombro amigo e a paciência toda vez que eu chegava em teu quarto falando qualquer bobagem que passava por minha cabeça, você é verdadeiramente um presente em minha vida. Quero agradecer também aos meus parceiros de *gameplays*, pelas risadas e pelo entretenimento no final de um dia cansativo, Lipe (meu *sensei*), Henrique, Lara, Josué, Peu, Ruan e Duno. Gostaria também de mencionar Renan, Erick, Alexander, Sophia e Aline, que mesmo sem querer, me ajudaram a ter um pouco mais de ânimo nessa vida.

Sou grato aos amigos que adquiri ao longo do curso de Relações Internacionais, desde o primeiro período, estive com o grupo perfeito para fazer os rolês mais aleatórios e ao mesmo tempo dar conta de ler 100 páginas por semana pras disciplinas: Jaque, minha amiga mais cinéfila e sincera, obrigado pela parceria de sempre; Ana Bia, com quem eu compartilhei a maior parte dos surtos da graduação; Caio, que sempre foi um bom ouvinte dos meus dilemas; Ian, o cérebro mais brilhante e esquisito que encontrei até hoje; Gabi, Iguinho e Vic, passar tempo com vocês sempre foi garantia de diversão. Além deles, pude contar com Dani (amiga desde os primórdios do ensino médio e eu tive o prazer de ter por perto durante a graduação), Raquel, Alícia, Enndiel, Yasmin, Jéssica (obrigado pelas conversas na salinha do departamento), Dainara e Renata, vocês são mulheres incríveis e inspiradoras.

Por fim, agradeço à instituição que me abrigou e a todos que foram meus tutores nesse caminho, especialmente ao professor Cairo, que mais que um orientador, foi um verdadeiro mestre, eu não tenho palavras para expressar minha gratidão, o senhor abriu as portas do conhecimento para o que foi a minha maior paixão durante o curso, América Latina. Obrigado pela paciência, calma e conselhos que o senhor me passou por todo esse tempo. Agradeço aos professores Thiago, Rodrigo, Corival, Flávia, Geraldo, Renan e Livia, pessoas por quem eu nutro uma enorme admiração.

RESUMO

O regionalismo sul-americano passou por diversas transformações nos últimos trinta anos. No centro desse fenômeno, o Mercado Comum do Sul (Mercosul) desponta como uma importante instituição dinamizadora das práticas regionais do Cone Sul, incluindo importantes economias da região, como Brasil e Argentina. É interessante observar o Mercosul através de sua resiliência e adaptabilidade às diferentes fases do regionalismo, desde a sua concepção original mais aliada ao livre comércio, perpassando o estágio com políticas sociais e autônomas até, por fim, a contemporaneidade, que apresenta novos desafios ao bloco em termos políticos e econômicos. Com o auxílio do arcabouço conceitual sobre o “Regionalismo Líquido” devidamente referenciado, observa-se as características de uma nova conjuntura regional, definida por compromissos menos duradouros e mais flexíveis. O presente trabalho busca investigar as implicações de novas concertações políticas regionais e como elas refletem nas atividades do Mercosul, para isso, conta com uma revisão bibliográfica robusta que irá entender o sentido histórico e institucional do bloco. Desenha-se, a partir disso, quais são as características que constituem o perfil do, assim chamado, Mercosul contemporâneo.

Palavras-chave: Regionalismo; América do Sul; Mercado Comum do Sul; Regionalismo Líquido; Blocos Regionais.

ABSTRACT

South American regionalism has been through many transformations in the past thirty years. At the center of this phenomenon, the Common Market of the South (Mercosur) emerges as an important and energizing institution for the regional practices in the Southern Cone, including important regional economies, such as Brazil and Argentina. It's interesting to observe Mercosur through its resilience and adaptability to different steps of regionalism, going back to its original conception aligned to free trade, running through a stage with social and autonomous politics until, at last, the contemporaneity, which challenges the bloc in political and economic terms. With the help of the conceptual framework about "Liquid Regionalism", it is observed the characteristics of a new regional conjecture, defined by short lasting and flexible arrangements. The following paper intends to investigate the implications of new regional political movements and how they reflected on Mercosur's activities, for that, it is supported by a robust literature review that will understand the historical and institutional sense of the bloc. From that, the paper draws the characteristics that constitute the contemporary, as it is called, Mercosur's profile.

Keywords: Regionalism; South American; Common Market of the South; Liquid Regionalism; Regional Blocs.

LISTA DE QUADROS

Gráfico 1 – Balança comercial Brasil-Argentina (1997-2002).....	37
Gráfico 2 – Linha do tempo dos principais documentos constitutivos do MERCOSUL.....	41

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALADI – Associação Latino-Americana de Integração

ALALC – Associação Latino-Americana de Livre Comércio

ALBA – Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAN – Comunidade Andina

CAP – Política Agrícola Comum da União Europeia

CARICOM – Comunidade e Mercado Comum do Caribe

CCM – Comissão de Comércio do Mercosul

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CELAC – Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina

CETA – Acordo Integral de Economia e Comércio

CMC – Conselho do Mercado Comum

CPC – Comissão Parlamentar Conjunta

CRPM – Comissão de Representantes Permanentes do Mercosul

EU – União Europeia

FCCR – Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul

FCES – Foro Consultivo Econômico-Social

FMI – Fundo Monetário Internacional

FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul

GMC – Grupo Mercado Comum

INTAL – Instituto para a Integração da América Latina e Caribe

IPPDH – Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH)

ISM – Instituto Social do Mercosul

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

NAFTA – Tratado Norte-Americano de Livre Comércio

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMC – Organização Mundial do Comércio

PCFI – Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul

PIB – Produto Interno Bruto

PROSUL – Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

RAADH – Reunião das Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul

SAM – Secretaria Administrativa do Mercosul

SICA – Sistema de Integração Centro-Americana

TEC – Tarifa Externa Comum

TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca

TPR – Tribunal Permanente de Revisão

UCIM – Unidade de Comunidade e Informação

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UPS – Unidade de Participação Social

UTCI – Unidade Técnica de Cooperação Internacional

UTE – Unidade Técnica de Educação

UTCEM – Unidade Técnica de Comércio Exterior

UTF – Unidade Técnica FOCEM

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. REGIONALISMO, REGIÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: HISTÓRIA E TEORIAS	15
2. MERCADO COMUM DO SUL EM ANÁLISE	30
2.1. <i>Evolução institucional e histórica do Mercosul</i>	<i>31</i>
3. MERCOSUL CONTEMPORÂNEO: REAÇÕES AO REGIONALISMO LÍQUIDO	42
3.1. <i>Regionalismo Líquido: uma nova tipologia para as Américas e a ascensão das novas</i> <i>direitas</i>	<i>43</i>
3.2. <i>Acordos do Mercosul: reflexões comportamentais</i>	<i>49</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

Nos anos 2010, a América do Sul abrigou fortes convulsões de ordem política e econômica, com mudanças radicais de ideologias e o turbilhão de desavenças resultantes das mesmas. Sanahuja e Burian (2020) caracterizam essas mudanças como a ascensão de um espectro de extrema-direita neo-patriótico, dotadas de características particulares no interior de cada fronteira ao mesmo tempo que se trata de um fenômeno global, com aparições em outros países como Hungria e Polônia, na Europa, e Indonésia, na Ásia.

No entanto, esse tipo de movimento generalizado não é novidade para a região, na década anterior, a América do Sul pôde experimentar os resultados do que ficou amplamente conhecido como “Onda Rosa”, quando os países da região estiveram sob governos com ideologias próximas à esquerda e centro-esquerda. Esse episódio acabou traduzindo-se como um novo modelo de práticas regionais, chamado pela academia de “Regionalismo Pós-Hegemônico”, ou seja, um cenário caracterizado pelo surgimento de novas estruturas que se deslocam da forma dominante ou hegemônica de governança regional, ou seja, estruturas que reconhecem outras formas de organização política e econômica, a nível regional, além do modelo neoliberal conduzido pelos Estados Unidos (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012).

Esse tipo de fenômeno gera efeitos diretos sobre as relações regionais e suas materializações, ou seja, o regionalismo torna-se reflexo da confluência das agendas de política externa de cada Estado-nação. Afinal, ainda de acordo com os preceitos de Riggiruzzi e Tussie (2012) essas diferentes visões redefinem o entendimento dos propósitos do regionalismo. Assim, a depender da ideologia dominante, as atividades e os objetivos irão ser adequados à volubilidade dos governos, em alguns casos, o conflito de ideias pode gerar a estagnação ou paralisação de algumas instituições regionais.

Nesse turbulento contexto sul-americano, torna-se interessante entender como as instituições resistem e mantêm seus conjuntos de normas e regras, bem como identificar os contornos que adquirem através das mudanças de cenário.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) destaca-se nesse aspecto, tendo sido criado em 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção, por parte da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o bloco presenciou três importantes momentos que tomaram lugar no Cone Sul, sendo eles identificados como Regionalismo Aberto, Regionalismo Pós-Hegemônico e o Regionalismo Líquido, termo recentemente formulado por Mariano, Bressan e Luciano (2021) e que ressalta a lógica de flexibilização, desregulação e liberalização como resultado de um

conjunto regional de “overlapping regionalismo”, com acordos institucionais mais frágeis que geram graus de interdependência menores.

Passando por uma breve introdução de como o Mercosul é constituído, o bloco foi criado com a intenção de construir um Mercado Comum na América do Sul – embora tenha sido inicialmente lançado como uma zona de livre comércio –, formado por órgãos que incluem a participação efetiva dos cargos executivos de cada Estado membro e de seus ministérios. Prévio à concretização do bloco, Argentina e Brasil estavam firmando uma série de acordos de aproximação bilateral, como programas de cooperação militar e técnica, reconhecidos como o pontapé inicial para a concertação que deu origem ao Mercosul. Com a evolução do bloco, o aspecto institucional do Mercosul ficou mais robusto, passando a incluir cláusulas democráticas para a participação, criando um tribunal próprio para a solução de controvérsias entre seus participantes e também expandindo sua margem de ação para outros tópicos, tornando-se um agente indispensável para as relações internacionais dos seus membros.

Nesse sentido, o Mercosul é também um instrumento para a política externa dos países do Cone Sul. Durante o Regionalismo Pós-Hegemônico verifica-se como os governos utilizaram-no para alcançar ideias de autonomia regional, considerando uma dualidade entre os interesses do livre mercado e do desenvolvimento de países periféricos. Assim, o bloco que está no estágio de União Aduaneira foi amplamente recorrido como uma plataforma de integração social e econômica, destacando a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), voltado à resolução das assimetrias patentes entre cada Estado e que dificultavam as negociações comerciais.

Porém, como testemunhado, a partir do momento que esses governos passaram a perder força, instituições como o Mercosul também perderam destaque na agenda dos países, devido à ausência de volubilidade política de atores como o Brasil, como declarado na fala do Ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmando que o Mercosul não seria prioridade em detrimento de relações bilaterais ainda no final de 2018 (EXAME, 2018). Além disso, a guinada à direita generalizada que ocorreu no continente ao longo da última década levanta questionamentos a respeito do retorno aos preceitos do Regionalismo Aberto, com uma agenda prioritariamente comercial e aberta ao mercado estrangeiro.

Nesse cenário, em uma instituição regional comandada por relações intergovernamentais, argumenta-se principalmente que existe um esforço dos novos governos em se desvincularem do período anterior, tentando conferir às instituições novas características próprias desse período. O desmonte da União das Nações Sul-Americanas (Unasul) em face da criação do Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul) representa,

sobretudo, a reformulação das práticas de integração na contemporaneidade por parte dos novos líderes da região. Em consonância, o ex-Secretário Geral da Unasul, à época, afirmou que o Prosul não era mais do que uma “revanche ideológica”, que tinha como objetivo solapar os avanços de sua antecessora, por ser considerada demasiadamente ideológica (PASCUAL, 2021).

Esses movimentos de ondas de regionalismo também respingam em instituições mais duradouras como é o caso do Mercosul. Mesmo após conquistas nos campos da integração social, cidadã, econômica e comercial, em tempos de Regionalismo Líquido, com predileção por acordos mais frouxos, é necessário observar como essa nova dinâmica interfere nas atividades do Mercosul e como ele pode ser caracterizado a partir delas, realizando um diagnóstico a respeito de uma possível estagnação ou retração a respeito da integração. O presente trabalho demarca a situação apresentada como ponto de partida para a discussão que abordará as características atuais do Mercosul.

Para atingir os objetivos da pesquisa pretendida, o primeiro capítulo realizará uma revisão bibliográfica e conceitual do regionalismo latino-americano, entendendo as particularidades desse fenômeno na região. Com o auxílio de autores como Riggirozzi e Tussie (2012) é possível verificar a distinção latino-americana de outros processos a partir de uma abordagem que considere o aspecto social de uma região como um construto, ou seja, modifica-se de acordo com motivações, ideias, discursos e condições próprias. Além disso, é feita uma revisão de eventos históricos políticos e econômicos, descrevendo cada processo e como eles estão vinculados ao exercício do regionalismo empírico.

No segundo capítulo, o trabalho irá compreender o complexo institucional e histórico do Mercosul desde sua origem, em 1991, vinculando as transformações realizadas a cada episódio histórico e, portanto, demonstrando como o comportamento institucional e político da organização reflete o contexto em que está inserido.

Por fim, o terceiro capítulo analisa e conclui a respeito do comportamento do Mercosul durante a nova conjuntura, compreendida a partir da aplicação do conceito de Regionalismo Líquido. Através de uma revisão bibliográfica, que procurou entender profundamente os aspectos do regionalismo sul-americano, bem como, aplicar o conhecimento adquirido na interpretação de eventos recentes, foi possível constatar que o “novo” Mercosul comporta-se de acordo com o esperado dos novos governos de direita, com um alinhamento mais forte ao preceito neoliberal de livre mercado e um distanciamento dos programas realizados durante o Regionalismo Pós-Hegemônico da Onda Rosa.

1. REGIONALISMO, REGIÃO E INTEGRAÇÃO REGIONAL: HISTÓRIA E TEORIAS

Os processos de regionalismo na América do Sul possuem suas próprias particularidades quando comparados a outros processos no mundo. Esse pressuposto é possível graças às definições históricas, políticas e econômicas que permeiam as relações sul-americanas e são fontes para vertentes teóricas que contestam as teorias clássicas do regionalismo, pautadas pelo desenvolvimento da União Europeia e suas instituições.

A literatura segmenta tais processos em ondas, reconfiguradas a partir dos objetivos e meios que os atores almejam e exercem em dado período. Para prosseguir com essa discussão, o capítulo presente irá investigar a construção conceitual de termos como regionalismo, coesão regional, identidade regional e integração regional, a fim de elaborar o aporte teórico que irá guiar a análise pretendida da obra, ao mesmo tempo que busca mapear o desdobramento histórico dessas ondas no território sul-americano. A literatura de integração regional sul-americana possui ricas contribuições que irão ajudar a localizar as condições que viabilizam e singularizam o regionalismo sul-americano.

Destarte, é necessário delimitar o conceito aplicado para região, a fim de oferecer sustento às colocações apresentadas. Para tal, a partir dos trabalhos de Wendt (1992) e Riggirozzi e Tussie (2012), regiões são construções sociais levadas pelos atores envolvidos, ou seja, os atores estatais e não-estatais podem ser significados e ressignificados à medida em que motivações, interesses, ideias, narrativas e políticas econômicas passam por mudanças. As práticas e relações formais e informais refletem a existência de sociedades de conexão, o que pode criar contextos e subcontextos de uma região. Do mesmo modo, é reconhecido o caráter histórico que compõe uma região.

Ainda assim, em alguns termos, definir região pode representar dificuldades conceituais, porque a confluência dos fatores mencionados é instável e não representa uma relação simples e direta do termo. Outras camadas, que complexificam a análise, ajudam a entender melhor a formação de regiões, tal qual hierarquia regional e coesão regional. A primeira delas diz respeito às relações de poder marcadas por dinâmicas assimétricas dentro de uma região, mas que ainda assim são capazes de garantir uma situação de benefício mútuo, enquanto lideranças utilizam a região como plataforma de seus interesses em escala internacional, e os seguidores podem usufruir de uma autonomia negociada e um acesso moderado a recursos e mercados (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012). Isso não significa dizer que as relações sejam imediata e intrinsecamente predatórias – com predominância da vontade do líder sobre os outros Estados – ou simbióticas – com ganhos mútuos constantes –, mas sim que mesmo na dimensão regional

a ordem continua assimétrica, mas os aspectos coercitivos estão mutados. Por sua vez, coesão regional está associada ao consenso dos atores sobre compartilhamento de recursos econômicos e sociais, regulações, planejamentos e cooperação financeira, a nível de exemplo, refletindo o aspecto comunitário de uma região, uma vizinhança construída conjuntamente. A coesão regional pressupõe um sentido de identidade e pertencimento a uma região, não somente pelos atores envolvidos, mas também por aqueles que se encontram fora dela, ou seja, o reconhecimento é dado em dois níveis. A partir das relações intrarregionais, as fundações simbólicas estão situadas no senso de pertencimento, objetivos comuns e valores compartilhados, enquanto as regulações e instituições que são produto da cooperação regional garantem uma maior autonomia para a região na arena internacional (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012; PUIG, 1986).

Para iniciar as discussões referentes ao construto teórico de regionalismo para a América do Sul, o trabalho entra em consonância com a análise de Junqueira e Milani (2019) ao entender a face dupla do termo: primeiramente, enquanto um processo político que estimula a integração regional e, conseqüentemente, a formação de blocos regionais, e, em outro plano, como uma área de pesquisa que tem o objetivo de entender diferentes processos de criação de novas instituições para além da centralidade estatal que é normalmente conferida pela ciência de Relações Internacionais.

É importante apontar que da mesma forma que uma região passa por ressignificações por parte dos atores em questão, o regionalismo sul-americano será compreendido de diferentes formas a depender das motivações e ideias vigentes no período histórico em que está localizado. Essa característica mutável e adaptativa é facilmente observável quando durante os anos 1990 na América Latina, o regionalismo era visto como um mecanismo para aumentar a inserção da região no mercado internacional, algo que se transformou com a ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda, principalmente a partir de 2003, pois esse foco em relações regionais econômicas liberais abriu margem para iniciativas que fortalecessem dimensões sociais, políticas e produtivas (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

Ainda assim, estudos latino-americanos de regionalismo conseguem estabelecer uma certa generalidade para a aplicação analítica do conceito, destacando quatro condições: (1) regionalismo é um processo associativo em espaços delimitados, chamados macro-regiões ou regiões internacionais, que possuam contigüidade ou proximidade; (2) uma “macro-região internacional” é socialmente construída e, portanto, é suscetível aos efeitos de ações humanas, políticas e sociais; (3) é um movimento liderado por Estados e normalmente formalizado por um acordo internacional, embora outros atores não possam ser excluídos, pois a construção de

regiões envolvem a participação diversificada de agentes econômicos, sociais e políticos; (4) é um processo com diferentes manifestações e intensidades, acompanhado de iniciativas de integração econômica, cooperação econômica, integração política e/ou cooperação política (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

As primeiras formas de regionalismo na América do Sul podem ser encontradas no início do século XIX através do projeto bolivariano e o Congresso do Panamá, em 1826. Segundo Moreira et al (2010), durante o fervoroso período de independências latino-americanas, líderes desses movimentos preocupavam-se com possíveis avanços das metrópoles coloniais europeias e buscavam mecanismos que garantissem e preservassem a soberania dos novos Estados. Para Simón Bolívar, a solução estava em unir os territórios americanos em uma grande confederação, para garantir a segurança do continente, obter o reconhecimento das independências por parte da Espanha e promover a igualdade entre os integrantes. Os dois princípios fundamentais dessa confederação eram: respeito às soberanias nacionais e a não intervenção de potências estrangeiras. O principal resultado do Congresso do Panamá foi o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua,

[...] pelo qual os países assinantes se confederavam para a ajuda e proteção mútua, tanto em tempos de paz quanto de guerra. Concretamente, os países se comprometiam a facilitar o trânsito dos exércitos aliados; em caso de agressão externa a algum dos países membros, os outros não poderiam assinar a paz por separado; deviam trabalhar em forma conjunta para o desenvolvimento do comércio da região e para construir uma política externa comum, respeitando as soberanias nacionais (MOREIRA, QUINTEIROS; SILVA, 2010, p. 48).

Nesse momento, observa-se que o objetivo da Confederação perpassa por temáticas que são basilares para a integração regional dos moldes contemporâneos, tais quais segurança e defesa, comércio e política externa comum. Embora o legado da Confederação seja reconhecidamente mais simbólico do que prático, ela pode ser apontada como o primeiro marco para o regionalismo latino-americano. De acordo com Fawcett (2012) esse período desenvolveu uma perspectiva única de regionalismo para a América Latina, baseada nos princípios de independência estatal e anti-colonialismo.

Mais recentemente, no curso do século XX, e mais especificamente após a Segunda Guerra Mundial, o caráter político do pan-americanismo que definia a região foi dando espaço a uma integração de princípios econômicos, influenciada pela corrente funcionalista europeia, que defende a ideia de que a integração de atividades e setores econômicos é a melhor alternativa rumo à integração regional. A participação do argentino Raúl Prebisch na Comissão

Econômica para a América Latina (CEPAL)¹ contribuiu para a disseminação desses ideais pela região, com a publicação de “O Desenvolvimento Econômico da América Latina e Alguns dos seus Problemas Principais”, em 1950. A obra inspirou o pensamento econômico e os projetos de integração latino-americanos por décadas. O modelo cepalino da época estava fundado em superar a situação de dependência através da cooperação econômica, uma vez que a estratégia de substituição de exportações estava atingindo seus limites dentro dos mercados nacionais. (MALAMUD, 2010).

A dependência econômica latino-americana é resultado das atividades coloniais que perduraram no território por séculos e instalaram um modelo econômico desigual, no qual todas as riquezas americanas eram convertidas para o desenvolvimento dos países colonizadores. Mesmo após as independências nacionais, boa parte das economias estiveram fundadas na exportação de produtos primários e de baixo valor agregado, dependendo fortemente de capital externo para a realização de suas funções estatais (GALEANO, 2020). Com a diversificação econômica e modernização tecnológica garantida pela constituição de um mercado comum e aberto, os países latino-americanos poderiam desenvolver-se rumo à superação da dependência. Tomando essa premissa como fio condutor de ação, surgem a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), futura Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), e o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA), nos anos 1960; bem como o Pacto Andino, atual Comunidade Andina (CAN), em 1969, e a Comunidade e Mercado Comum do Caribe (CARICOM), atual Comunidade do Caribe, em 1973 (MALAMUD, 2010).

A literatura apresenta esse momento como o estabelecimento das duas primeiras ondas de regionalismo, que voltam seus objetivos à constituição de um mercado comum, inspiradas tanto pelas ideias desenvolvimentistas cepalinas quanto pelo progresso da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). Onda aqui é conceituada como “uma sequência história em que uma evolução de eventos similares acontece simultaneamente em um dado conjunto de países” (DABÈNE, 2012, p. 3), e é a partir desse prisma que a maior parte da literatura sobre regionalismo latino-americano irá observá-lo, desvinculando-se das explicações baseadas no modelo europeu. Existem fatores domésticos e internacionais que contribuem para a formação dessas ondas.

¹ A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas e foi estabelecida em 1948. Sua função é contribuir para o desenvolvimento da América Latina e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Um dos seus principais objetivos é promover o desenvolvimento social, historicamente foi baseada em políticas de cunho industrializante e de maior participação estatal (CEPAL, 2021)

[...] ondas de evolução política podem ser explicadas pela combinação de convergência e difusão (Dabène, 1997). Ondas de integração regional não são exceções. A convergência emana do ambiente político e econômico inicial [...] Diferentes grupos de países, pressionados por grupos de interesse, podem ser simultaneamente convencidos que a integração econômica regional é a ferramenta adequada para impulsionar o crescimento e promover o desenvolvimento porque estão influenciados pelo mesmo paradigma político [...]. Essa convergência pode ser o resultado de uma difusão de ideias ou normas. Nesse caso, a difusão implica em convergência (DABÈNE, 2012, p. 5, tradução nossa).

Essa convergência de ideias e normas controlada por grupos de interesse explica a atuação doméstica que influencia na formação de ondas, porém atividades espontâneas do sistema internacional, tais quais crises econômicas ou mudanças nas correlações de força, também geram reações semelhantes. Referente a isso, Perrotta e Porcelli (2019) tecem comentários a respeito da influência de atores como a União Europeia e think tanks, externos à região, nos processos de integração regional da América Latina. A crítica dos autores está centrada na dominação do eurocentrismo tanto na esfera prática, com a pressão normativa em processos políticos de construção de uma região, quanto na teórica, gerada pela dependência acadêmica fundada em teorias europeias de integração.

A União Europeia (UE) exerceu (ou exerce) uma pressão normativa em dois níveis: na promoção de um modelo prescritivo de *fazer integração* entre os tomadores de decisão, e na disseminação de propostas teórico-metodológicas para a apreensão de outros processos regionais no mundo (PERROTTA; PORCELLI, 2019, p. 187, tradução nossa)

Farias (2018) reúne três vertentes para explicar as mudanças que motivaram a adoção de políticas neoliberais durante os anos 90, embora possa ser utilizado para entender o componente da mudança constante na região.

Todos [os] três são importantes porque capturam as relações entre ideias e política como fatores causais de mudança em políticas. Isso é fundamental porque tais mudanças envolvem mais do que fatores cognitivos puros. Hall afirma que o apoio político é importante para a adoção de políticas keynesianas. Na argumentação do Blyth, novas ideias possibilitam a construção de coalizões, podem ser usadas como armas para enfraquecer ideias antigas e guiar a construção de instituições. Para Campbell, empreendedores são fundamentais para a mudança institucional, porque podem identificar problemas, propor ideias mais ou menos inovadoras baseadas em sua localização e implementar mudanças mais efetivamente de acordo com os recursos que controla (FARIAS, 2018, p. 189).

Assim, utilizando-se do argumento dos autores mencionados, além de observar que a assimetria das relações internacionais pode exercer forte pressão sobre a formação histórica de políticas regionais, também é possível conceber o conceito e prática de regionalismo a partir de uma ótica instrumental e de vontade dos atores que são guiados por interesses e ideias, suscetível, portanto, às mudanças de governos e ao período em que estão localizados. Portanto, o surgimento de novos fenômenos regionais não está descolado do momento anterior, eles são

parte de um longo processo que está constantemente reconfigurando-se, à medida que os projetos mudam (PERROTTA; PORCELLI, 2019).

Para tratar desse primeiro impulso regionalista que se sucedeu desde a década de 1960, Puig (1986) desenvolve seu conceito a partir de uma vertente autonomista, que teorizava que países latino-americanos poderiam adquirir uma autonomia gradual no sistema internacional através da integração regional. Nas palavras do autor, integração é um processo, ou uma condição, “um fenômeno social segundo o qual dois ou mais grupos humanos adotam uma regulação permanente de determinados assuntos que até o momento pertenciam à sua exclusiva competência” (PUIG, 1986, p. 41). A concepção social que o autor concede ao termo é valiosa para o desenvolvimento e para a compreensão do regionalismo na América do Sul, além de reconhecer a multiplicidade de atores envolvidos para além dos Estados, como grupos sociais, empresas e a própria comunidade internacional.

O pós-1945 é o ponto de partida para os estudos de regionalismo contemporâneo, devido especialmente a três fatores que se apresentam nesse momento: (a) a novidade das instituições internacionais; (b) a expansão do sistema internacional, com a inclusão de novos atores através dos movimentos de independências nacionais na África e Ásia; e (c) a primeira tentativa de estabelecimento dos parâmetros de relações regionais-multilaterais nas Nações Unidas e outras instituições (FAWCETT, 2012). Esse panorama é interessante para entender a tentativa da região em adequar-se ao novo sistema de iniciativas multilaterais. No entanto, como o caso da ALALC permite entender, o funcionamento pleno de instituições regionais enfrenta alguns solavancos, devido aos conflitos de interesses nacionais e aos constrangimentos das relações bilaterais, um quadro comum para a região. Com isso, a instituição sofreu paralisa, até ser transformada na ALADI, em 1980, que oferecia maior flexibilidade e objetivos menos ambiciosos que a tentativa anterior.

Esse aparente revés no regionalismo – ou sendo mais específico, nas instituições vigentes – é considerado um dos sinais de uma transformação que trouxe a renovação dos objetivos de integração regional em um mundo que desencadeava novos processos de produção e comércio, revelando o esgotamento do impulso desenvolvimentista empreendido pela América do Sul. Diversas mudanças estruturais foram realizadas na renovação da ALALC, como a expansão da integração além dos setores de produção e extensão de benefícios regionais a terceiros, revigorando o pulso integrador na região e reavivando iniciativas como o Pacto Andino (MALAMUD, 2010).

As ideias e políticas neoliberais que predominaram na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990 foram resultado de um panorama histórico que desequilibrou a força

das políticas desenvolvimentistas que a região vinha aplicando. O argumento de Farias (2018) é de que um conjunto de instituições, como think tanks e instituições financeiras internacionais tais quais o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), agiu de forma a difundir a agenda neoliberal para atender as demandas dos mercados desenvolvidos, o que chamou de coalizão ideacional. O então chamado Consenso de Washington, um conjunto de políticas com prerrogativas neoliberais, foi responsável por difundir o livre comércio e livre mercado como as únicas ferramentas capazes de avançar o crescimento (DABÈNE, 2012). A crise da dívida, decorrente das políticas desenvolvimentistas que estavam em curso, também impulsionou a popularidade de candidatos que pregavam a diminuição da participação estatal na economia entre eleitores insatisfeitos com os altos índices inflacionários. É nesse bojo que o regionalismo sul-americano adquiriu novos contornos, com a difusão e convergência de novas ideias, uma nova onda começou a surgir, o Regionalismo Aberto.

Durante essa fase, a abordagem adotada para compreender o regionalismo era através de uma perspectiva estrutural, e com o consenso neoliberal fundamentando as dinâmicas regionais do subcontinente, o regionalismo era observado como manifestações da ordem global, ao passo que políticas hegemônicas eram modeladas pela necessidade dos países participarem eficientemente do comércio internacional (RIGGIROZZI; TUSSIE, 2012)

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) surgiu em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção por parte dos países do Cone Sul, sendo eles Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, objetivando constituir uma união aduaneira e demonstrando as novas facetas que a integração adquiria na região. No contexto da democratização, globalização e fim da Guerra Fria, o Mercosul desenvolveu um perfil econômico orientado ao mercado estrangeiro, conseguindo impulsionar o investimento estrangeiro direto nos países membros e, no período de sete anos, triplicar o fluxo comercial intrarregional, e aumentar o comércio extrarregional (MALAMUD, 2010). Esse processo de criação do bloco já vinha sendo desenvolvido em torno dos anos 1980, após a redemocratização, os presidentes Alfonsín, na Argentina, e Sarney, no Brasil, decidiram engajar-se em uma série de protocolos bilaterais com o propósito de favorecer o comércio entre os dois países. Entre eles, destacam-se o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, a respeito da Bacia do Paraná, resolvendo as disputas relativas ao uso de recursos hídricos, de 1979; e a assinatura da Declaração da Foz do Iguaçu, em 1985, que lançou o alicerce para uma integração econômica e política no Cone Sul. Em 1986, o Ato Integrativo Argentino-Brasileiro foi endossado em Buenos Aires e criou o Programa de Integração e Cooperação entre Argentina e Brasil (PICAB), projeto embrionário do Mercosul. (MALAMUD, 2010).

[...] Optou-se por um novo modelo de integração que, a respeito do comércio, se baseou nas políticas de abertura do “Regionalismo Aberto”, o que permite identificar o período 1990-2005, como uma etapa ou ciclo coerente na integração regional (SANAHUJA, 2008, p. 11, tradução nossa).

As atividades do Mercosul confirmam que o regionalismo sul-americano passava por um momento de transição. Embora a criação de blocos regionais ainda estivesse voltada ao cumprimento de objetivos econômicos, a noção de desenvolvimento econômico passou a ser pautada por uma visão neoliberal, que preferia adequar-se às pressões que um novo sistema globalizado e liberal exercia, almejando uma maior inserção no mercado internacional, por parte de atores estatais e não estatais, como empresas.

O “novo regionalismo”, em um aparente paradoxo, pretende criar capacidades de regulação para fazer frente aos desafios econômicos e de segurança internos e externos gerados pela globalização e regionalização, mas ao mesmo tempo contribuem para o aprofundamento de ambos os processos, ao basear-se em políticas de liberalização econômica intrarregional com uma baixa proteção externa (SANAHUJA, 2008, p. 12, tradução nossa).

O que Sanahuja (2008) chama de “novo regionalismo” foi intitulado como “Regionalismo Aberto” pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), termo amplamente adotado pela literatura latino-americana, e representou o fulgor neoliberal característico da década de 1990, a América do Sul convergiu com a ordem internacional através da abertura de mercados e menor participação estatal na economia (JUNQUEIRA; MILANI, 2019)

Dentre as características dessa nova espécie de regionalismo, nota-se uma ampla liberalização comercial intrarregional, com modalidades de integração mais profundas do que o momento anterior, o que abarcou a liberalização de bens, serviços e capitais, com a intenção de suprimir barreiras tarifárias, e não-tarifárias do mesmo modo, além de tentar eliminar barreiras físicas, fiscais ou qualquer outra que apresentasse um obstáculo para a livre circulação efetivas. Assim, as políticas do Regionalismo Aberto foram organizadas de modo a baixar os níveis de proteção, em que a abertura a terceiros não deveria impedir a existência de um componente preferencial regional, de forma a promover economias de escala e outros efeitos dinâmicos da integração (SANAHUJA, 2008).

No entanto, o Mercosul não se limitou ao escopo econômico da integração. Durante os anos 2000, uma série de órgãos foram tomando forma na instituição, de forma a expandir a atuação do Mercosul no Cone Sul, dentre eles destacam-se o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul (TPR), estabelecido em 2004 para a resolução de controvérsias; o Parlamento do Mercosul, ou Parlasul, criado em 2006, para atuar como um órgão legislativo; o Fundo para a

Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), em 2005; e o Instituto Social do Mercosul, em 2007.

Esses movimentos em direção a um Mercosul mais político são essencialmente simbólicos, uma vez que o intergovernamentalismo ainda predomina como mecanismo de decisão dentro da instituição, através de cúpulas presidenciais. A literatura denomina esse mecanismo como “diplomacia presidencial”.

Os primeiros anos do século XXI representam uma expansão da agenda do regionalismo, tomando frente em temas e matérias previamente pouco abordados, e o esgotamento do modelo neoliberal. A integração motivada unicamente pelo comércio foi alvo de fortes críticas nesse período, e novas iniciativas incluíam uma cooperação funcional que ia desde defesa e segurança a infraestrutura e meio-ambiente (DABÈNE, 2012). Esse movimento esteve associado à ascensão de governos de esquerda e centro-esquerda por diversos países da América do Sul, a exemplo de Argentina, Brasil, Venezuela e Paraguai; na história da América Latina esse período é reconhecido como onda rosa, protagonizado pela liderança de nomes tais quais Hugo Chávez, Lula da Silva, Nestor Kirchner, Evo Morales e José Mujica. Concomitante a essa virada política, tais governos foram favorecidos pelo chamado “boom” das commodities, uma grande valorização de produtos primários no mercado internacional, impulsionando suas economias nacionais, através da elevação da balança comercial (PERROTA; PORCELLI, 2019).

O crescimento acelerado de países emergentes, principalmente a China, a partir da década de 2000 é considerado um dos fatores que explicam o aumento significativo dos preços das commodities – os três principais grupos são combustíveis, metais e produtos agrícolas. O grande potencial de consumo dessas economias que passavam por um intenso processo de industrialização produziu o aumento da demanda por produtos primários (BRANDÃO; VOGT, 2020).

Com a elevação da demanda externa, os preços das commodities internacionais, que estavam em baixa ao longo da década de 1990, registraram substancial aumento [...] O preço do petróleo saltou de valores próximos a 25 US\$ dólares o barril no início de 2000 para aproximadamente US\$ 130 em junho de 2008. Com o início da crise global de 2008 os preços sofreram uma brusca queda, mas voltaram a crescer e atingir a marca dos US\$ 100 já em 2011. Os contratos de tonelada da soja por metro cúbico eram negociados em US\$ 184 dólares no início de 2003 na China. Esses valores foram reajustados ao longo da década e ultrapassaram os US\$ 300 dólares em 2007 [...]. No tocante aos minérios de ferro, uma das principais commodities internacionais importadas pela China, houve um crescimento considerável dos preços ao longo da década de 2000. O custo de importação da China da tonelada métrica de minério de ferro, que era de aproximadamente US\$ 13 ao longo de 2003, elevou-se para valores superiores a US\$ 100 no início de 2010 (MANZI, 2016).

Os efeitos do superciclo das *commodities* estão evidentes nos valores comerciais entre China e América Latina que cresceu 22 vezes entre 2000 e 2013 (JUNQUEIRA; MILANI, 2019). Essa conjuntura favorável às economias latino-americanas proporcionou recursos materiais sobre os quais se sustentaram políticas externas mais assertivas e lideranças regionais que impulsionaram esse ciclo (SANAHUJA, 2019).

Junto a isso, novos projetos regionais passaram a tomar forma e constituírem-se, almejando objetivos distintos das experiências passadas e alinhados com as políticas dos governos vigentes. A partir da redefinição das práticas de integração regional, existe simultaneamente uma reconfiguração do que se entende por regionalismo, o que era normalmente visto como uma forma dos Estados cooperarem economicamente, através da constituição de instituições regionais e assinaturas de acordos, tem sua dimensão e escopo aprofundados, revelando a formação de uma nova onda na região. A orientação de organizações criadas durante o Regionalismo Pós-Hegemônico estava centrada em alcançar uma maior autonomia regional: nas políticas externas frente aos Estados Unidos; e em estratégias de desenvolvimento, frente às dinâmicas da globalização (SANAHUJA, 2019).

Yeates (2005), Deacon et al (2007) e Riggirozzi (2014, 2017) argumentaram que regionalismo não é apenas um mecanismo para a promoção do comércio e investimento, mas também um espaço para a aprovação e implementação da política regional social. Regionalismo é concebido com um mecanismo para estabelecer padrões sociais a nível regional, avançando políticas redistributivas, e até mesmo criando instituições que permitam que os cidadãos possam demandar a proteção de seus direitos sociais (BRICEÑO-RUIZ, 2018, p. 578, *tradução nossa*).

Não somente surgiram novas instituições que buscaram atender a confluência de ideias entre os governos da região, como a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), como também houve o remodelamento de instituições já existentes, a exemplo do Mercosul, que adquiriu um aspecto mais protecionista e orientado para as interações Sul-Sul (ALVAREZ, 2020).

Riggirozzi e Tussie (2012) reafirmam que consoante a esse movimento existiu a ressignificação de “região” e “regionalismo”, através da expansão dos limites de ação e dos espaços possíveis para que atores efetuassem políticas e acordos, em que predominou a busca pelo consenso sobre práticas de cooperação em arenas político-institucionais, socioeconômicas e culturais.

Foi, então, nesse bojo de narrativas que estão além do neoliberalismo e de abertura comercial que surgiu a onda pós-hegemônica, ou pós-liberal – embora em muitos trabalhos exista o uso intercambiável dos termos, aqui é realizada uma distinção entre eles, enquanto o primeiro é utilizado como um termo para explicar um período histórico do regionalismo latino-

americano, o segundo diz respeito a medidas políticas implementadas por grupos regionais, a fim de superar o viés neoliberal da época anterior (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

Durante o Regionalismo Pós-Hegemônico esteve presente um forte discurso que antagonizava a preponderância estadunidense na região, associado às crises econômicas da década de 90 e a uma série de articulações de partidos políticos nacionais que contestavam a hegemonia dos EUA e discutiam alternativas ao neoliberalismo, o Foro de São Paulo obteve alcance internacional e também buscava promover a integração latino-americana (DABÈNE, 2012).

A declaração final usou um tom terceiro-mundista, defendendo um modelo socialista, popular e anti-imperialista contrário às intenções hegemônicas de Bush. Esse novo conceito foi definido da seguinte maneira: “ele envolve a reafirmação da soberania e autodeterminação da América Latina e nossas nações, a recuperação plena de nossa identidade cultural e histórica, e o estímulo da solidariedade internacional de nossos povos. Está apoiado na defesa de nosso patrimônio latino-americano, no fim da fuga de capital de nosso continente, na confrontação coletiva no tocante ao mal da dívida externa que é impossível de compensar, na formulação de políticas econômicas que produza efeitos positivos para a maioria e permitam reduzir a pobreza que afeta milhões de latino-americanos. E precisa, finalmente, de um compromisso ativo a favor dos direitos humanos, democracia e soberania popular como valores estratégicos, desafiando forças de esquerda, socialistas e progressistas a renovar constantemente seus modos de pensar e agir” (DABÈNE, 2012, p. 17, *tradução nossa*).

O que Dabène (2012) defende é que a mudança para o paradigma pós-hegemônico reflete dois componentes: por um lado é defensivo, os governos recorrem à integração enquanto um recurso que protege a América Latina de ameaças imperialistas; e, por outro, proativo ao ressuscitar alguns elementos desenvolvimentistas da doutrina cepalina, visando uma integração institucionalizada mais profunda. Ao mesmo tempo, esses elementos apresentam uma contradição que não conseguiu ser apropriadamente resolvida pelos governos vigentes. A proteção da soberania estatal, fundada na preocupação de investidas hegemônicas, tornou a integração regional um mecanismo coletivo de defesa deste princípio, enquanto o desejo por uma integração supranacional mais profunda significaria uma cessão parcial da soberania para mecanismos decisórios das instituições regionais. O autor chamou essa contradição de armadilha da soberania (DABÈNE, 2012).

Durante o Regionalismo Pós-Hegemônico, observa-se a coexistência de mais de um tipo de modelo de integração por toda a região, o que permitiu que a literatura latino-americana de regionalismo passasse a utilizar o termo para englobar não somente políticas e instituições pós-liberais – e, portanto, revela-se necessário a distinção conceitual entre as expressões –, mas também compreende a formação de agrupamentos de viés liberal com o objetivo único de criar áreas de livre comércio, como a Aliança do Pacífico e a Comunidade Andina. “Portanto, a partir

da virada do milênio, o regionalismo latino-americano foi marcado por uma dinâmica contraditória, mais especificamente a coexistência de forças centrífugas e centrípetas que promoviam tanto a união quanto a fragmentação” (BRICEÑO-RUIZ, 2018, p. 577, tradução nossa).

Em concordância, a análise de Riggirozzi e Tussie (2012) coloca esse período da história latino-americana como uma espécie de momento híbrido, em que poderiam ser observados diversos projetos coexistindo em três linhas principais: (1) projetos com forte ênfase comercial, a exemplo da Aliança do Pacífico e Comunidade Andina; (2) projetos centrados em avançar o comércio, mas que ainda assim buscavam autonomia e alternativas, como o Mercosul, Unasul e Comunidade do Caribe; (3) um modelo que enfatizava os aspectos políticos e sociais da integração, reclamando os princípios do socialismo, o caso da ALBA. Essa reconfiguração paradigmática na região se deu por um colapso do neoliberalismo, marcado especialmente após a crises financeiras que atingiram a Ásia e a América Latina, ao longo da década de 1990, e a crise da bolha imobiliária em 2008.

A constante redefinição do que é regionalismo e quais devem ser seus objetivos são alvo de diversas investigações para o caso latino-americano, uma vez que alterações nas forças de poder na região têm, historicamente, gerado efeitos diretos nas relações de cooperação entre os países. Esse tipo de interação regional produz letargias institucionais, tal qual a paralisia que abateu a Unasul desde a saída de Ernesto Samper como Secretário-Geral até seu esvaziamento em 2018, promovido por líderes de governo inclinados à direita. É o que Junqueira e Milani (2019) caracterizam como “regionalismo governamental”, um tipo de regionalismo suscetível a profundas transformação acompanhadas por alternância política e ideológica e precária institucionalização dos blocos. Para Neves e Honório (2019), mudança é um fator permanente dentro da variedade de regionalismo na América Latina e que, portanto, é possível acompanhar as transformações regionais de acordo com mudanças no espectro político de cada período, a partir de uma perspectiva histórica. Bianculli (2016) coloca o regionalismo latino-americano sobre dois eixos, de um lado a visão regional remonta aos brados bolivarianos de uma unidade latino-americana, independente de investidas imperialistas, e coesão política; por outro lado, a visão hemisférica defende a aproximação com os interesses do hegemon, a exemplo dos Estados Unidos. Essa perspectiva insere o regionalismo latino-americano em uma amplitude de oscilação binária, tendo como fator de análise a autonomia, elemento presente desde os anos 1960, com as contribuições de Puig (1986).

Um dos marcos institucionais mais importantes do regionalismo pós-hegemônico foi a União das Nações Sul-Americanas, que surgiu em 2008, com a assinatura do seu Tratado

Constitutivo, visando construir uma identidade e cidadania sul-americana e desenvolver um espaço regional integrado. Em sua concepção, a Unasul contava com doze países da América do Sul, os presidentes Lula da Silva, Cristina Fernández, Evo Morales, Hugo Chávez e Rafael Correa tiveram papéis determinantes para a criação e o desenvolvimento do bloco. Em sua estrutura reunia doze Conselhos Sul-Americanos, a fim de desenvolver a governança regional para cada uma das áreas tema, como segurança, infraestrutura, educação, cultura, saúde e participação social (NEVES; HONÓRIO, 2019). A Unasul, por sua vez, nunca foi estabelecida para atender objetivos comerciais, ou criar uma área de livre comércio, tarifa externa comum ou mercado comum. Ainda que possuísse sua dimensão financeira, com a proposta do Banco do Sul, este era o único objetivo econômico do bloco (BRICEÑO-RUIZ, 2018).

Essa guinada pós-hegemônica passou a perder força quando as condições que a impulsionaram igualmente passaram a se esvaír. Sem os recursos materiais proporcionados pelo superciclo das commodities e com a abstenção de lideranças regionais que sustentassem a propulsão pós-hegemônica, houve o desmantelamento institucional de organizações que representaram esse momento, como a Unasul. Concomitantemente, partidos de esquerda e centro-esquerda passaram a perder sua predominância em eleições nacionais, quando líderes alinhados à direita passaram a ganhar destaque, através de uma retórica conservadora, neoliberal e, também, antissistema (CEPÊDA, 2018). A onda rosa começou a perder sua amplitude, dando lugar a ideologias que buscavam recomeçar as políticas de cooperação regional, em um processo cuja origem pode ser vagamente localizada em meados de 2012, como golpe de Estado paraguaio e a crise que sucedeu a morte do ex-presidente venezuelano, Hugo Chávez (NEVES; HONÓRIO, 2019).

A partir da segunda metade da década de 2010, o continente testemunhou uma sucessão de viradas políticas, notadamente, a ascensão de governos de cunho liberal-conservador. Neves e Honório (2019) reconhecem dois momentos cruciais para o colapso das instituições pós-liberais na América do Sul: (1) as eleições de forças políticas de direita em países como Argentina e Brasil; (2) a crise venezuelana desde a morte de Chávez. Da mesma forma, Junqueira, Neves e Souza (2020) afirmam que mudanças políticas e econômicas nacionais, que ocorriam desde 2013 na região, ocasionaram a fragilização e o desmantelamento da coesão regional, acompanhando esses novos governos.

Duas tendências podem ser reconhecidas dentro desse novo modelo de regionalismo que se forma: (1) a intensa contestação institucional e normativa à integração regional e (2) crises das organizações regionais ou multilateralismo (SANAHUJA, 2019). Essas tendências

levam outros autores a pensar em uma possível reinvenção do regionalismo sul-americano a partir de sua fragmentação (ALVAREZ, 2020) ou mesmo a desintegração (PASCUAL, 2021).

[...] a agenda e o significado de instituições regionais criadas durante a década anterior são vistos pelos novos governos como símbolos que devem ser superados. Nesses termos, existe uma intenção política notável de governos em distinguir diferenças ideológicas entre os dois momentos regionais. O *modus operandi* dessa estratégia está baseado na dissidência, esvaziamento e afastamento do regionalismo pós-liberal, um movimento que encontra resistência entre os poucos governos de esquerda que restaram da região, como a Bolívia (NEVES; HONÓRIO, 2019, p. 2-3, *tradução nossa*).

Esse questionamento de instituições como a Unasul faz parte de uma agenda de restauração conservadora de governos das “novas direitas”, visando desmontar o legado regional dos governos progressistas anteriores. Esse comportamento responde às lógicas de polarização no âmbito da política interna, mais do que a critérios ou objetivos de política externa ou política de desenvolvimento (SANAHUJA, 2019). Em 2019, pela iniciativa dos presidentes Piñera e Duque e com a adesão de Equador e Guiana criou-se o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul), com a intenção de substituir a Unasul (NEVES; HONÓRIO, 2019). O novo bloco se propôs a focar em seis áreas específicas: infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime e gestão de riscos e desastres. Além disso, conta com o assessoramento estratégico e o apoio técnico do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), através do Instituto para a Integração da América Latina e Caribe (INTAL) (PASCUAL, 2021).

Com o viés neoliberal presente na agenda nacional dos governos desse período, o Prosul visa um foco maior na liberalização comercial e expansão de relações comerciais, alinhado a uma política hemisférica pró-Estados Unidos. Além disso, espaços historicamente considerados áreas da influência estadunidense, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), estão sendo reativados pelos países da região (NEVES; HONÓRIO, 2019).

Da mesma forma, o Mercosul também passou por transformações nesse período. Para o bloco, a expressão desse regionalismo que se forma materializou-se na Reunião de Mendoza, em julho de 2017, que pregou a necessidade de uma “convergência” do Mercosul ao liberalismo da Aliança do Pacífico, assumiu o desejo de um compromisso renovado com as negociações com a União Europeia e abriu as portas para novas demandas de “flexibilização” do bloco, visando redefinir o Mercosul como uma área de livre comércio, em contraste à adoção das políticas sociais dos anos anteriores (SANAHUJA, 2019).

Esse novo momento representa desafios de pesquisa para a comunidade científica de regionalismo latino-americano, que busca compreender os rumos do novo modelo de regionalismo em curso. Para tanto, o Mercosul que esteve presente em todas as alterações de ordem política e econômica na América do Sul, desde 1991, é reconhecidamente uma peça-chave para investigar os elementos de transformação e como a conjuntura atual se apresenta, dentro de um eixo analítico que centraliza a busca por autonomia regional.

2. MERCADO COMUM DO SUL EM ANÁLISE

Instituído em 26 de março de 1991, através da assinatura do Tratado de Assunção, por parte da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, o Mercado Comum do Sul é um bloco regional que representa, sobretudo, a vontade política de aproximação entre países vizinhos, em uma conjuntura internacional que incentivou movimentos em sentido ao multilateralismo, especialmente em função da legitimidade garantida pela Organização das Nações Unidas a partir da Carta de São Francisco (FAWCETT, 2012).

A história do Mercosul é um referencial importante para os estudos de regionalismo da América do Sul, dada a sua relevância para as dinâmicas tanto bilaterais quanto multilaterais da região, observada a partir de valores estratégicos como relações comerciais e econômicas.

Cordeiro (2016) analisa que o surgimento do Mercosul possibilitou uma criação de comércio, termo que indica um aumento nas transações comerciais entre parceiros a partir da assinatura de algum acordo comercial entre eles. Estatísticas apontam que entre os anos 1990 e 1998, as importações intrabloco cresceram cerca de 273%, frente a 153% das importações com o resto do mundo. Tais dados revelam o impacto positivo do Mercosul na balança comercial dos parceiros do bloco, em um cenário que o mercado mundial estava ficando cada vez mais globalizado. E mesmo a longo prazo os valores ainda são em direção ao crescimento de importações, embora desta vez a ordem esteja alterada: entre os anos de 1991 até 2014, as importações intrabloco cresceram 344%, já as importações com o resto do mundo cresceram 452%. Cordeiro (2016) considera que acontecimentos estruturais, como a crise de 2008, interagem diretamente com os valores estatísticos finais.

De modo geral,

Os resultados obtidos evidenciam que o Mercosul ajudou a criar comércio e a aumentar as exportações para fora do bloco, sendo estes efeitos robustos a diferentes modelos, estimadores e tipos de efeitos fixos. O bloco beneficiou os países participantes, apesar dele ainda não ser uma união aduaneira completa, pois há vários produtos na lista de exceções, e de ter ocorrido tímidos avanços em termos de integração com outros blocos, em especial com a União Europeia e os países da Aliança do Pacífico (CORDEIRO, 2016, p. 47).

Constatada a importância que o Mercosul confere ao regionalismo sul-americano, o presente capítulo intenciona realizar um panorama institucional e histórico do bloco, investigando as relações estruturais e conjunturais que são fornecidas graças ao status do Mercosul dentro de seus tratados, protocolos, decisões e relações regionais. A partir dos resultados encontrados é possível compreender como a instituição atravessou as três ondas de regionalismo discutidas no capítulo anterior, desenhando o comportamento do Mercosul como uma condição indutiva para a nova onda que se forma na conjuntura presente, definida pela

predominância de governos de perfil conservador que questionam políticas de cooperação regional.

2.1. Evolução institucional e histórica do Mercosul

Segundo Huntington (1975), a institucionalização é o processo em que as organizações e os processos adquirem valor e estabilidade. Além disso, ela pode ser dividida em níveis, de acordo com a adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão de suas organizações e procedimentos. A avaliação de Huntington (1975) torna possível que as dinâmicas de institucionalização sejam mensuráveis a partir dos critérios selecionados.

A adaptabilidade está em função dos desafios do ambiente e da idade, ou seja, quanto mais desafios tiverem surgido em seu ambiente e quanto maior for sua idade, mais adaptável será a instituição; a complexidade envolve a multiplicação de subunidades organizacionais em bases hierárquicas e funcionais, uma instituição torna-se mais complexificada quanto maior o número e a variedade de suas subunidades, de modo a aumentar a capacidade da organização de assegurar e manter a lealdade dos seus membros; autonomia, por sua vez, é a extensão em que as organizações e seus procedimentos existem independentemente de outros agrupamentos sociais e métodos de comportamento, as relações entre forças sociais nas quais as organizações não sejam definidas pela vulnerabilidade às influências externas; por fim, a coesão é medida pelo consenso substancial entre os membros da organização, a capacidade de atingir decisões e resultados de forma não litigiosa (HUNTINGTON, 1975).

Conforme documentado, o surgimento oficial do Mercosul é no dia 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção. No entanto, para a materialização final do bloco foram necessários diversos movimentos de aproximação anteriores, especialmente entre Argentina e Brasil. Junqueira (2021) relata a importância do sistema da ALADI para o Mercosul, ao estabelecer os critérios comerciais e tarifários que influenciaram as regulatórias presentes desde o Tratado de Assunção. Além disso, afirma

Sendo mais precisos cronologicamente, podemos afirmar que o início do Mercosul tomou forma exatamente nesse período marcado por quatro marcos: Acordo Tripartite (1979), Ata de Iguaçu (1985), Programa de Integração e Cooperação Econômica (1986) e Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento (1989). Assim, em 1991, a aproximação entre Brasil e Argentina uniu esforços com Paraguai e Uruguai para formar o Mercosul, inaugurando uma nova etapa do regionalismo sul-americano. (JUNQUEIRA, 2021, p. 14)

Esse reconhecimento é validado por Faria e Coutinho (2011), que além de reconhecer a aproximação entre Argentina e Brasil como ponto vital do processo de integração mercosulino,

complementam a lista provida por Junqueira (2021) com a assinatura do acordo nuclear da década de 1980 e a Ata de Buenos Aires, de 1990, que determinava um prazo de quatro para o estabelecimento de um livre comércio na região.

A conjuntura internacional da década de 1990 moldou o perfil original do Mercosul, com a queda da União Soviética, a disseminação de uma globalização econômica definida pela ideologia neoliberal e a relativa descentralização de processos decisórios, nesse mesmo período surgiram outras instituições como Organização Mundial do Comércio (OMC), em 1995, e União Europeia (UE), em 1992. Sua agenda estava voltada ao aspecto econômico-comercial do processo, buscando atender às expectativas dos atores centrais desse momento inicial, sejam eles os governos de perfil neoliberal à época e o empresariado (JUNQUEIRA, 2021).

As esferas pública e privada colocaram as cartas na mesa e estabeleceram normativamente seus interesses via Tratado de Assunção. Nele, definiu-se um programa estritamente de liberalização comercial do universo alfandegário até 1994, representando os anseios das grandes multinacionais (JUNQUEIRA, 2021, p. 15-16).

Essas foram as influências para a assinatura do referenciado Tratado de Assunção, que tem como objetivo a criação de um Mercado Comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai até o ano de 1994, reconhecido como o período de transição ou de criação. Para o fim proposto, o Art. 1º do tratado constitutivo redige que a criação dessa zona comercial implicaria na (1) livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; (2) eliminação de restrição não tarifárias, direitos alfandegários ou quaisquer outras medidas de efeito equivalente; (3) estabelecimento de uma tarifa externa comum (TEC) e a adoção de uma política comercial comum em relação a terceiros; (4) coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais; (5) esforços para uma harmonização legislativa (MERCOSUL, 1991). Conforme verificado no Art. 8º, o Mercosul desenvolveu-se sob o sistema da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), preservando os acordos firmados e permitindo a participação de países associados. “Além dos países membros, o MERCOSUL conta com os países associados, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Os estados associados devem ser membros da ALADI e podem participar como convidados das reuniões dos órgãos para debater temas comuns.” (COUTINHO, 2009, p. 37).

O Tratado de Assunção dispõe a respeito dos propósitos, instrumentos e vias da integração mercosulina, evidenciando o caráter primordialmente comercial da primeira fase do Mercosul. Dentre os instrumentos previstos para a constituição de uma zona preferencial de comércio, destaca-se o Programa de Liberação Comercial, o primeiro passo do bloco para realizar uma transição gradual e progressiva para eliminar os gravames e demais restrições

aplicadas ao comércio recíproco entre as partes, i.e., a eliminação de quaisquer medidas de caráter fiscal, monetário, cambial, administrativo, financeiro ou de qualquer natureza que, por decisão unilateral, incidam sobre as relações comerciais (MERCOSUL, 1991). Apesar de destacar o aspecto econômico e comercial do tratado, é necessário notar que esse não seja o único, o Mercosul também contava com intenções de cooperação política e social, do mesmo modo.

O Art. 3º do Tratado de Assunção dispõe a respeito da adoção de um Regime Geral de Origem, um Sistema de Solução de Controvérsias e Cláusulas de Salvaguarda, a fim de facilitar a constituição do Mercado Comum. Esses dispositivos buscavam legislar sobre a livre circulação de bens e equilibrar a assimetria entre os membros do bloco, podendo ser ativados por qualquer um dos Estados partes quando observadas disparidades que prejudicassem uma delas (MERCOSUL, 1991).

Quanto à estrutura institucional do bloco, o tratado criou dois órgãos: o Conselho do Mercado Comum (CMC) e o Grupo Mercado Comum (GMC). O primeiro seria o órgão superior, encarregado pela condução política do bloco e tomada de decisões, integrado pelos Ministros de Relações Exteriores e Ministros de Economia dos membros. Por sua vez, o GMC é o órgão executivo, coordenado pelos Ministérios de Relações Exteriores, e responsável por garantir o cumprimento dos objetivos fundados e funcionamento cotidiano do bloco. O tratado também prevê a criação de uma secretaria administrativa, que estaria a cargo do GMC, cujas principais funções consistiram na guarda de documentos e comunicações de atividades, e uma Comissão Parlamentar Conjunta, um órgão representativo dos Poderes Legislativos nacionais. Além disso, o tratado previa que durante o período de transição as decisões deveriam ser tomadas por consenso e com a presença integral dos membros (MERCOSUL, 1991).

Como evidenciado pelos dados de Cordeiro (2016), o Mercosul foi capaz de gerar criação de comércio e aumentar a interdependência comercial entre os países, no entanto, até o fim de 1994 não conseguiu chegar ao estágio de Mercado Comum. Segundo Bouzas (*apud* COUTINHO, 2009, p. 39), o momento inicial do Mercosul contou com circunstâncias favoráveis à integração, como um ambiente externo apropriado e políticas nacionais congruentes, o que não permitiu que houvesse tantos problemas, contudo, as enormes assimetrias entre os membros apresentaram-se como os maiores obstáculos.

O Protocolo de Ouro Preto, assinado em 1994, inaugura uma nova fase para o bloco, definindo sua estrutura institucional e provendo personalidade jurídica, conforme o Art. 35, “o Mercosul poderá, no uso de suas atribuições, praticar todos os atos necessários à realização de

seus objetivos, em especial contratar, adquirir ou alienar bens móveis e imóveis, comparecer em juízo, conservar fundos e fazer transferências” (MERCOSUL, 1994, artigo 35).

Além dos órgãos estabelecidos no Tratado de Assunção, o protocolo criou dois órgãos novos, a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e o Foro Consultivo Econômico-Social (FCES). A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) e a Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM), previstas no tratado anterior, foram revisadas e formalmente institucionalizadas em 1994. O Protocolo de Ouro Preto garantiu capacidade decisória ao CMC, GMC e CCM, suas Decisões, Resoluções e Diretrizes, respectivamente, são consideradas fontes jurídicas do Mercosul, conforme Art. 41 do protocolo supracitado, e obrigatórias para os Estados Partes (MERCOSUL, 1994).

Responsável por velar pela aplicação dos instrumentos de política comercial, o CCM conta com comitês técnicos divididos por temas.

Atualmente existem sete comitês: (CT-1) Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias; (CT-2) Assuntos Aduaneiros; (CT-3) Normas e Disciplinas Comerciais; (CT-4) Políticas Públicas que Distorcem a Competitividade; (CT-5) Defesa da Concorrência; (CDCS) Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas; e (CT-7) Defesa do Consumidor (COUTINHO, 2009, p. 40).

A Comissão Parlamentar Conjunta é um órgão representativo dos Parlamentos dos Estados Partes, de caráter consultivo e integrada pelos parlamentares designados pelos respectivos Poderes Legislativos nacionais. De acordo com o Protocolo de Ouro Preto, seu objetivo é

[...] acelerar os procedimentos internos correspondentes nos Estados Partes para a pronta entrada em vigor das normas emanadas dos órgãos do Mercosul previstos no Artigo 2 deste Protocolo. Da mesma forma, coadjuvará na harmonização de legislações, tal como requerido pelo avanço do processo de integração. Quando necessário, o Conselho do Mercado Comum solicitará à Comissão Parlamentar Conjunta o exame de temas prioritários (MERCOSUL, 1994, artigo 25).

A Secretaria Administrativa do Mercosul, atualmente chamada de Secretaria do Mercosul, de acordo com a Decisão CMC Nº 30/02, funcionava como um órgão de apoio operacional, responsável pela prestação de serviços aos demais órgãos do bloco (MERCOSUL, 2021).

Até o ano de 2002, a Secretaria desempenhou tarefas principalmente administrativas, quais sejam: arquivo oficial da documentação do MERCOSUL, publicação das normas aprovadas pelos órgãos decisórios do bloco, organização dos aspectos logísticos das reuniões dos órgãos do MERCOSUL dentro e fora de sua sede permanente, fornecimento regular de informações aos Estados Partes sobre o estado de incorporação das normas aprovadas, e outras tarefas solicitadas pelos órgãos referidos (MERCOSUL, 2021).

Porém, a partir de 2002 os Estados Partes decidiram transformá-la em uma Secretaria Técnica, a fim de fortalecê-la e concedê-la maior capacidade técnica e operativa, atribuindo novas funções interessadas em aprofundar o processo de integração e a materialização do mercado comum. No início do ano de 2007, a Decisão CMC Nº 07/07, sobre a Estrutura e Funcionamento da Secretaria do Mercosul, redefiniu as competências dos Setores que integram a estrutura da SM e então, juto aos setores existentes, foi reforçado o perfil técnico da Secretaria, com a criação da Unidade Técnica FOCEM (UTF), Unidade Técnica de Comércio Exterior (UTECEM), Unidade Técnica de Cooperação Internacional (UTCI), Unidade Técnica de Educação (UTE) e Unidade de Comunidade e Informação (UCIM) (MERCOSUL, 2021).

Por sua vez, “o Foro Consultivo Econômico-Social é o órgão de representação dos setores econômicos e sociais e [é] integrado por igual número de representantes de cada Estado parte” (MERCOSUL, 1994, artigo 28), sua função é consultiva e sua forma de manifestação é mediante Recomendações ao Grupo Mercado Comum (MERCOSUL, 1994).

Em 1995, outro importante passo foi dado pelo bloco com o intuito de avançar a solidificação de uma União Aduaneira na América do Sul. Os países estabeleceram o prazo de dez anos para a sua implantação, o que acrescentou uma tarifa externa comum (TEC) à livre circulação de mercadorias e serviços que estava em curso, para reforçar a convergência econômica e o estabelecimento de posições comuns em negociações comerciais em fóruns multilaterais (RODRIGUES, 2016).

Em 1998, os membros do Mercosul assinaram o Protocolo de Ushuaia, que estabelece o compromisso dos Estados Partes com a vigência plena das instituições democráticas e que a ruptura da ordem democrática implicará em penalidades, indo desde a abertura de espaços de diálogo para a questão específica a suspensão do direito de participação do Estado afetado (MERCOSUL, 1998).

Como foi explorado no capítulo anterior, a gênese do Mercosul estava atrelada às tendências do Regionalismo Aberto, esse modelo é traduzido através da fundação de instituições voltadas a atender o estabelecimento ágil da tarifa externa comum e livre circulação de bens, serviços e capitais.

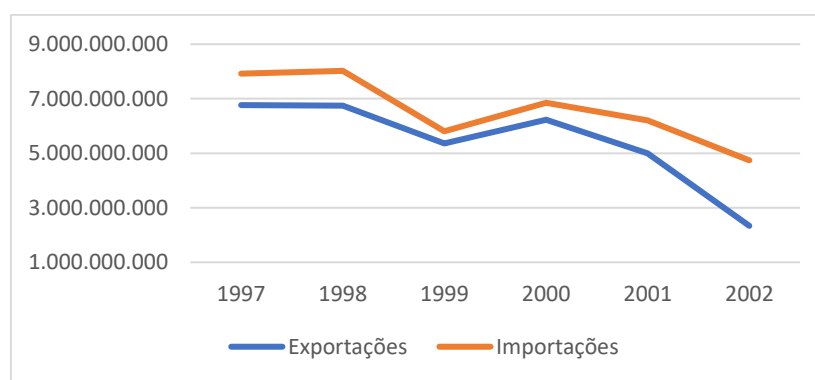
Com a redução de barreiras comerciais, o fluxo comercial entre os quatro países começou a crescer aceleradamente. No período entre 1991 e 1997, a importação intrabloco passou de 5,3 a 20,1 bilhões de dólares, enquanto os valores de exportação foram de 5,21 para 19,7 bilhões de dólares (GUIMARÃES, 2002). O que revela o sucesso inicial do Mercado Comum do Sul, alcançando resultados consideráveis dentro de menos de dez anos de existência.

No entanto, a euforia não durou para sempre, o primeiro momento de ruptura se deu no contexto das crises internacionais do final da década de 1990. Entre os anos de 1998 e 2002, as diversas crises agiram em cadeia e afetaram as economias nacionais, a exemplo da crise financeira asiática, a desvalorização do real, a crise argentina e o efeito tequila, no México. Da mesma forma, esse período afetou as relações econômicas e comerciais entre os membros do bloco, e é reconhecido como um momento de crise, mas mesmo assim, o Mercosul não deixou de avançar em suas organizações estruturais, criando o Foro de Consulta e Concertação Política (COUTINHO, KFURI, HOFFMAN, 2007).

Em 1998 foi criado o Foro de Consulta e Concertação Política, único órgão criado nessa fase. O Foro, integrado por funcionários das Chancelarias dos Estados Partes do Mercosul, tinha por objetivo aprofundar o diálogo entre os membros do Mercosul em temas de política externa e da agenda política comum, com a sistematização da cooperação política entre os Estados partes, por meio da formulação de recomendações ao CMC (COUTINHO, KFURI, HOFFMAN, 2007, p. 16).

O comércio intrabloco passa a sinalizar a crise existente, de 1997 a 1998, existe uma variação de -0,6% nos valores, já em 1999, a variação aumenta para -25% em relação ao ano anterior² (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007). Esses valores também estão refletidos nas economias nacionais, com a queda do PIB nos quatro países, o que declara o cenário de crise geral. Em termos comerciais, essa crise traduziu-se em um déficit de 18 bilhões de dólares no fluxo mercosulino, em 1997 (GUIMARÃES, 2002). A balança comercial entre as economias de maior peso dentro do bloco também é outro aspecto do impacto geral das crises econômicas, as importações caíram de 7,9 para 4,1 bilhões de dólares, enquanto as exportações foram de 6,7 a 2,3 bilhões de dólares entre 1997 e 2002 (Gráfico 1) (BRASIL, 2022).

Gráfico 1 - Balança comercial Brasil-Argentina (1997-2002)



Fonte: Elaboração própria, com base no banco de dados ComexStat do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (BRASIL, 2022)

² Em dólares, o comércio cai de U\$41.074 milhões, em 1997, para U\$40.826 milhões, em 1998, para U\$30.583 milhões, em 1999 (COUTINHO, HOFFMAN, KFURI, 2007).

Momentos de crise abrem espaço para uma revolução paradigmática de instituições, e com a América do Sul não foi diferente. Com a virada do século, novas influências sobre os governos passaram a despontar, a mencionada Onda Rosa foi responsável pela transformação dos ideais e procedimentos de práticas de regionalismo, desafiando a linha americanista em favorecimento à busca pela autonomia, nos termos de Abreu e Florêncio (2015). Nesse contexto, surge uma nova tipologia para o regionalismo latino-americano: o Regionalismo Pós-Hegemônico, que sobretudo representa uma expansão dos limites das práticas regionais, introduzindo planos e programas voltados para áreas mais amplas.

Em face da crise, o Mercosul demonstrou esforços para fortalecimento do bloco e em 2000 lançou uma série de normas chamada “Relançamento do Mercosul”, que

[...] diziam respeito a acesso aos mercados, incorporação da normativa do Mercosul, melhorias no desempenho da Secretaria Administrativa do Mercosul, aperfeiçoamento do Sistema de Solução de Controvérsias do Protocolo de Brasília, análise da estrutura de Órgãos dependentes do Grupo Mercado Comum e da Comissão de Comércio, tarifa externa comum, defesa comercial e da concorrência, coordenação macroeconômica, incentivos aos investimentos, à produção e à exportação, incluindo zonas francas, admissão temporária e outros regimes especiais e relacionamento externo (COUTINHO, KFURI, HOFFMAN, 2007, p. 16-17).

Coutinho, Kfuri e Hoffman (2007) também apontam para a construção simbólica do Mercosul nessa etapa, com a criação do seu emblema e bandeira, a fim de consolidar a identidade e imagem da integração. Outro caminho percorrido para a solidificação institucional do bloco referia-se aos mecanismos de solução de controvérsias. A partir de 1999, passou a existir uma quantidade maior de disputas entre os Estados membros, reflexo das crises existentes na opinião dos autores, mas que ao mesmo tempo reflete o desejo mútuo de resolvê-las institucionalmente e atestando a viabilidade do Mercosul para tal propósito (COUTINHO, KFURI, HOFFMAN, 2007). Assim, em 2002, a partir do Protocolo de Olivos, que regulamenta o Sistema de Solução de Controvérsias mercosulino³, foi criado o Tribunal Permanente de Revisão (TPR), com a competência de conhecer e resolver nos recursos de revisão os laudos do Tribunal Ad Hoc, além de estabelecer canais em três etapas: negociação direta, conciliação e arbitragem (MERCOSUL, 2021) (RODRIGUES, 2016).

³ Esse instrumento entrou em vigência a partir de 1º de janeiro de 2004. Anteriormente, a solução de controvérsias no âmbito do Mercosul seguia o Anexo III do Tratado de Assunção e, até a entrada em vigor do Protocolo de Olivos, o Protocolo de Brasília (MERCOSUL, 2021).

Com a chegada da Onda Rosa e do Regionalismo Pós-Hegemônico, a partir de 2003, e a ampliação da agenda de integração, a estrutura institucional do Mercosul foi renovada, de acordo com as expectativas dos novos governos em expandir as áreas de atuação do bloco e as preocupações em tratar de temas como direitos humanos, democracia e outras questões sociais (COUTINHO, KFURI, HOFFMAN, 2007).

Além disso, em 2003, é criada a Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM). Este órgão foi instituído com o objetivo de assessorar a Presidência Pro Tempore e o Conselho do Mercado Comum em questões referentes à integração, à política externa e à conformação do Mercado Comum (COUTINHO, 2009, p. 44).

O Mercosul foi ficando cada vez mais complexificado, Coutinho (2009) apresenta que além dos temas mencionados acima, no ano de 2004 o bloco continuou criando órgãos que tratassem de uma agenda vasta, como é o caso do Centro Mercosul de Promoção do Estado de Direito, Grupo de Alto Nível para a criação de uma estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego, o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR) e a Reunião das Altas Autoridades nas Áreas de Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul (RAADH). A autora destaca a criação da FCCR, uma vez que o órgão proporcionou uma maior participação de governos subnacionais dos países membros do bloco, evidenciada a importância da participação multinível para a integração.

O Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), criado no final de 2004 e operacional a partir de 2006, foi o primeiro mecanismo solidário de financiamento próprio dos países do bloco, tendo em vista a redução das assimetrias do bloco, que marcaram toda sua existência desde sua criação. As contribuições adquiridas são destinadas a financiar projetos de melhoramento da infraestrutura, competitividade das empresas, desenvolvimento social nos países do Mercosul e, ainda, projetos para o fortalecimento da própria estrutura institucional do Mercosul (MERCOSUL, 2021). Em 2016, o Brasil figurava como o maior contribuinte (com 70% dos recursos do Fundo), seguido, então, da Argentina (27%), Uruguai (2%) e Paraguai (1%) (RODRIGUES, 2016).

No ano de 2005 foi criado o Parlamento do Mercosul (Parlasul), através do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, um órgão unicameral, de função legislativa e representação cidadã, integrado originalmente por parlamentares designados pelos Congressos Nacionais de cada país. O órgão acabou substituindo a antiga Comissão Parlamentar Conjunta. O número de cadeiras distribuídas entre os Estados Partes tem como critério a base demográfica de cada um deles. Em 2020, foi estabelecido que todos os membros do Parlasul sejam eleitos

de forma direta. O Parlamento do Mercosul é organizado em dez comissões permanentes encarregadas de atividade legislativa em temáticas específicas (MERCOSUL, 2021).

Nesse mesmo período de aprofundamento, observa-se a expansão física do bloco, buscando a inclusão de novos participantes, como Bolívia e Venezuela.

[E]m 2012, a Venezuela tornou-se o quinto membro do grupo, enquanto que a Bolívia encontra-se em processo de adesão. Como Estados associados, tem-se o Chile (desde 1996), o Peru (desde 2003), a Colômbia e o Equador (desde 2004) e a Guiana e Suriname (2013). Com isso, todos os países da América do Sul fazem parte do Mercosul, seja como Estados Parte, seja como Associado (RODRIGUES, 2016, p. 8).

Em 2009, através da Decisão Nº 03/07, o Conselho do Mercado Comum decidiu criar o Instituto Social do Mercosul (ISM), que objetivava consolidar a dimensão social como um eixo fundamental para o desenvolvimento do bloco. A partir da III RAADH e conforme a Decisão Nº 14/09 do CMC, o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do Mercosul (IPPDH) passa a constituir o organograma do bloco, com o objetivo de harmonizar e prestar assistência técnica no desenho, implementação e adoção de atividades públicas que promovam os direitos humanos. No ano seguinte, foi instituída a Unidade de Participação Social (UPS) que, junto a outras instâncias do bloco, passaria a administrar atividades que promovessem o diálogo entre o Mercosul e a sociedade, a exemplo da Cúpula Social do Mercosul. (MERCOSUL, 2021).

Ainda durante a Onda Rosa, o perfil do Mercosul esteve afiliado à capilaridade de suas instituições, avançando para temas que não se restringissem às relações político-econômicas entre os Estados membros. Novos programas foram pensados e desenvolvidos de forma a afetar funcionalmente o cotidiano dos cidadãos de cada país, valorizando o aspecto social do bloco.

Complementarmente, outros pontos importantes de funcionalidade direta para os cidadãos do Mercosul foram instituídos: a necessidade de somente portar documento de identidade para viajar aos países do bloco (incluindo Colômbia, Chile, Equador e Peru) desde 2008, não sendo necessário o uso de passaporte; possibilidade de morar e trabalhar em outros países do bloco (2009), facilitando a situação migratória; serviços de aposentadoria caso haja trabalhado em outros países do bloco (2005); regulação do trânsito de veículos do bloco através da Patente do Mercosul de placas veiculares (2015), facilitando a mobilidade e o sistema de consultas e troca de informações; mecanismo de compra conjunta de medicamentos (2015), que permite economizar milhões de dólares na compra de remédios por preços mais equitativos; acesso a informação sobre direitos humanos dos países membros através de uma plataforma virtual (SISUR) (2014), ensejando a pesquisa na área e a articulação entre instituições, agendas e linhas de ação (RODRIGUES, 2016, p. 9).

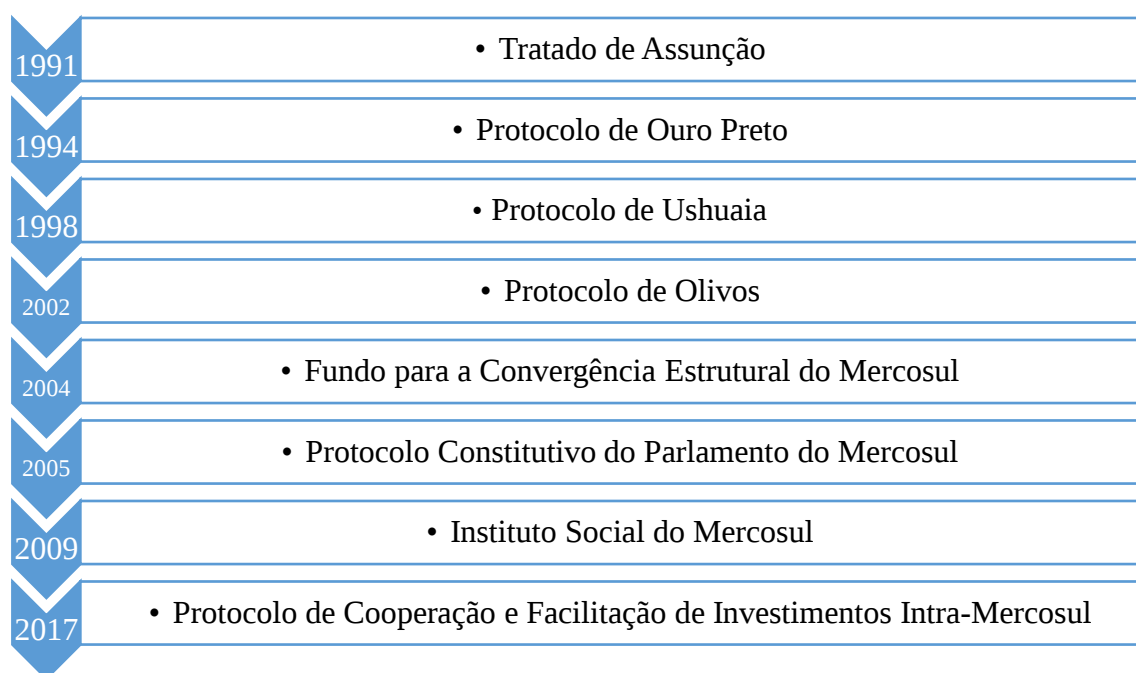
Em 2017, os Estados Partes assinaram o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul, que previa medidas e regulações com a intenção de facilitar o investimento direto e viabilizar o desenvolvimento sustentável dos membros, a partir do fluxo de capital (MERCOSUL, 2021). O Protocolo está centrado nas atividades de livre circulação

de capitais de um mercado comum, representando o esforço dos países em avançar o processo de integração e objetivo original do bloco, que está categorizado no estágio de união aduaneira.

Desde 1991, o Mercosul passou por diversas modificações em sua estrutura institucional, em termos de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão, conforme o arcabouço provido por Huntington (1975). O contexto no qual o bloco surgiu sofreu diversas mudanças ao passar do tempo, e a durabilidade e resistência tanto institucional quanto das relações comerciais, mesmo em situações de crise, demonstram que o Mercosul possui maturidade nos critérios estabelecidos acima. Isso não o torna isento de possíveis críticas e questionamentos em termos de capacidade de ação, especialmente frente ao princípio de soberania estatal, tão caro aos países membros, o que por vezes gerou debates acadêmicos a respeito da paralisia do Mercosul.

Assim, foi possível visualizar a evolução institucional e histórica do Mercosul a partir de seus principais documentos constitutivos e das instituições geradas, cujos objetivos associam-se à conjuntura multinível (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Linha do tempo dos principais documentos constitutivos do MERCOSUL



Fonte: Elaboração própria

Percebe-se, em retrospecto, que o interesse dos governos da época, essencialmente alinhados às ideologias de centro-esquerda, como mencionado, estava voltado à expansão da capilaridade e funcionalidade institucional do Mercosul. Ao contrário de projetos como a Área

de Livre-Comércio das Américas, que buscou reorganizar a estratégica comercial e econômica regional a partir da desregulamentação das economias e redução do papel do Estado, durante o Regionalismo Pós-Hegemônico, instituições regionais como Mercosul foram vistos e utilizados pelos seus membros como instrumentos que fortalecessem suas manobras de ação dentro do sistema internacional, ou seja, um instrumento de autonomia regional (GUIMARÃES, 2002).

Esse tipo de regionalismo passa a perder força com a crise financeira de 2008, que chegou na América Latina junto ao fim do ciclo das commodities, um dos fatores mais importantes para o rápido crescimento das economias da região durante a onda rosa. Com isso, novas figuras de direita, antagonistas das políticas adotadas nos últimos anos, passaram a ganhar relevância em diversos países da América do Sul, com destaque para Argentina, Brasil, Colômbia e Chile, que protagonizaram episódios dignos de nota na guinada à direita da América do Sul (SANUHUJA; BURIAN, 2020). O próximo capítulo explora a ascensão desse novo tipo de conjuntura regional, ao que o regionalismo hegemônico passa a perder sua força.

3. MERCOSUL CONTEMPORÂNEO: REAÇÕES AO REGIONALISMO LÍQUIDO

De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2022), o Mercosul possui uma economia avaliada em 2,5 trilhões de dólares – Brasil e Argentina são responsáveis por 95% desse montante –, somando o Produto Interno Bruto do “Mercosul 4”⁴, e uma população estimada em 269 milhões de pessoas no espaço de 11 milhões de km². Dados como estes classificam o Mercosul como a 5ª economia mundial, segundo o próprio *website* do bloco, por promover o comércio e dinamizar as economias do Cone Sul (MERCOSUL, 2022).

A produção do relatório técnico de comércio do Mercosul, no entanto, aponta para uma série de baixas em seus valores numéricos no ano de 2020, em comparação ao ano anterior. Destarte, a pandemia da Covid-19 poderia ser considerada como variável explicativa, uma vez que o bloco acompanhou o movimento global do arrefecimento do comércio, porém, um estudo mais aprofundado seria necessário para realizar as inferências necessárias. Em 2020, o intercâmbio comercial com o mundo foi de aproximadamente US\$ 437 milhões, o que representou uma diminuição de 10,4% em relação ao ano anterior. As exportações representaram 57%, enquanto as importações 43% do intercâmbio comercial. Apesar da baixa nesses valores, a Balança Comercial do Mercosul foi favorável, subindo para 30% a mais que em 2019, com a cifra de US\$ 63.375 milhões (MERCOSUL, 2021).

Destacam-se três países como destinos das exportações do Mercosul, sendo eles China, Estados Unidos e Países Baixos, respectivamente com uma participação de 30%, 10% e 3%, representando conjuntamente 43% das exportações do bloco. Em matéria de importações, os principais países de origem foram China com 25%, Estados Unidos com 18%, e Alemanha com 6%, representando 49% das importações totais do Mercosul. Já no que se refere ao Comércio Intrazona, houve uma queda de 12% no ano de 2020 em relação a 2019, com o valor de US\$ 28.670 milhões. A participação por Estado Parte do Mercosul no comércio foi: Brasil com 43%, Argentina com 37%, Paraguai com 11% e Uruguai com 9% (MERCOSUL, 2021).

É possível perceber um movimento recessivo que esteve a par dos valores mundiais. Previsões otimistas de crescimento para o ano de 2020 foram barradas pelas medidas de combate à pandemia adotadas por diversos países, dentre elas a restrição das exportações. O FMI previa um aumento de 3,3% do PIB mundial para 2020, em junho do mesmo ano foi atualizada para uma queda de -4,9% e, em outubro, para -4,4%. Quanto ao volume do comércio internacional, a Organização previa um crescimento de 2,7% no final de 2019, em abril de 2020

⁴ A Venezuela não foi incluída nos valores finais, considerando a suspensão de suas atividades em 2017.

foi esperado um decréscimo entre -13% e 32% e, em dezembro, o foi esperada uma retração mundial de -9,2% (FAZCOMEX, 2022).

Assim, embora os números do comércio possam causar uma sensação de desânimo para o bloco, a relevância dele na participação das relações comerciais de seus Estados Partes continua sendo digna de atenção, especialmente pelo volume comercial, financeiro e social movimentado através dele. A questão reside, portanto, nas ações que deverão, ou deveriam, ser tomadas por aqueles que representam cada Estado Parte. Frente a um cenário de mudança de conjuntura, questionamento de órgãos multilaterais, isolamento e preferência a trocas baseadas no modelo neoliberal, o presente capítulo observa quais as avaliações que poderão ser realizadas do comportamento do Mercosul e para com ele. Dentro disso, Mariano, Bressan e Luciano (2021) sugerem uma nova tipologia para a experiência do regionalismo sul-americano do fim da última década. Inspirados pela obra de Zygmunt Bauman, os autores discorrem a respeito do Regionalismo Líquido, propondo uma discussão que leve em consideração os comportamentos dos blocos econômicos e suas agendas após o fim da predominância do Regionalismo Pós-Hegemônico. Essa lente guiará as análises feitas a respeito do Mercosul, em seus aspectos econômicos, institucionais e políticos, provendo uma estrutura metodológica que tornará possível organizar as atividades do bloco dentro de um movimento generalizado para as Américas.

3.1. Regionalismo Líquido: uma nova tipologia para as Américas e a ascensão das novas direitas

Uma série de eventos gerou turbulência e abalou as estruturas políticas e econômicas firmadas na América do Sul nos últimos dez anos. Especialmente, houve uma sucessão de viradas políticas em diversos países da América do Sul, uma guinada inclinada a favor de uma direita que contestava as políticas adotadas pelos governos que os antecederam, como foi introduzido no primeiro capítulo do trabalho. Almeida (2022) classifica esse momento como um período de instabilidade política, que ocorre desde a desconstrução da Unasul. Ainda, localiza eventos componentes que ajudam a caracterizar a formação do Regionalismo Líquido na região, tais quais o neogolpe⁵ contra o ex-presidente paraguaio Fernando Lugo, em 2012, o neogolpe contra a ex-presidenta brasileira Dilma Rousseff, em 2016, e a imposição do bloqueio

⁵ O termo é compreendido como um *Coup d'État* realizado de forma institucional, sem uso da força, aproveitando as brechas do sistema legislativo para a cassação do mandato. O termo possui implicações políticas, uma vez que apoiadores do processo costumam chamá-lo de *impeachment*.

econômico à Venezuela pelos Estados Unidos, em 2015. À face desses acontecimentos foi criado o Grupo de Lima em 2017, com líderes que inspiraram os ideais que dariam forma ao Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul, ou Prosul, em 2019 (ALMEIDA, 2022).

O Regionalismo Líquido representa um momento para o regionalismo nas Américas que acompanha o esvaecimento da onda pós-hegemônica, um movimento generalizado na região na qual o Mercosul está inserido. Essa nova tipologia consiste em projetos regionais com baixo grau de complexidade, em termos de design institucional, com uma certa volatilidade e volubilidade que emanam de diferentes governos neoliberais que tiveram destaque na última década. Conceitualmente, o termo “líquido” ressalta a maior fluidez dos novos arranjos regionais, baseada numa lógica de flexibilização, desregulação e liberalização (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021). Os autores reconhecem o desafio conceitual que estão propondo, uma vez que desafia a compreensão dominante do que é integração regional: não seriam esses novos acordos apenas movimentos de aproximação, devendo ser compreendidos a parte de outras iniciativas como o Mercosul, a Unasul ou, até mesmo, a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)? Como será visto, é possível sustentar a ideia de uma nova formação de regionalismo, com base em características inéditas para o contexto sul-americano.

Em uma historicização do processo regional sul-americano, Weiffen, Wehner e Nolte (2013) apresentam a sobreposição de instituições como algo derivado de um sistema complexo de regimes, que acabam sobrepondo-se em dimensões espaciais e funcionais. Tais estudos abriram uma linha de discussão interessante para o regionalismo latino-americano, chamado “overlapping regionalism”, voltado a entender como diferentes instituições coabitam o mesmo espaço para atender reivindicações de grupos distintos acerca de acordos regionais. Mariano, Bressan e Luciano (2021) utilizam-se dessa concepção para enfatizar a multiplicidade de alternativas regionais que passou a existir na América do Sul, a partir da primeira década do século XXI, o que proporcionou um perfil ambíguo: ao mesmo tempo em que havia uma maior liberdade de escolha, para que os Estados aderissem a regimes mais alinhados com os objetivos de suas políticas externas, a diversidade gerou um aumento na instabilidade dos processos e a diminuição da coesão interna das instituições.

Por não estabelecer um modelo pré-determinado e sólido de integração, todas as outras opções tornaram-se igualmente válidas e acessíveis. Sem uma referência clara de que tipos de arranjos regionais deveriam ser buscados, os Estados passaram a questionar ou relativizar a sua filiação, considerando os benefícios cruciais derivados dos custos de integração. O desinteresse dos atores intensifica-se quando há outras iniciativas regional que podem ser mobilizadas e oferecem outros ganhos, ou pelo

menos, menores custos (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021, p. 6, *tradução nossa*).

Por isso, torna-se fácil observar a análise feita por Riggirozzi e Tussie (2012) em sua leitura a respeito do período pós-hegemônico, ao reconhecê-lo como um momento híbrido, em que haviam projetos com forte ênfase nos aspectos comerciais da integração com regulações menos severas, como a Aliança do Pacífico, coexistindo ao lado de projetos voltados ao aprofundamento de laços regionais de caráter social e político, que exigem um design institucional mais complexo, de forma a diminuir as assimetrias que possam ser encontradas entre seus sócios, como era o caso da ALBA e da Unasul. Da mesma forma, os objetivos de defesa da Unasul justapunham aqueles buscados pela Organização dos Estados Americanos (OEA), separados por suas bases ideológicas. E, embora ambas as organizações estivessem voltadas a atender objetivos de defesa e segurança coletivos, diferenças no sistema de normas e regras, instrumentos de solução e conceito de segurança geravam tensões entre seus Estados Partes.

Em particular, a emoção de suas funções cooperativas de segurança pela Unasul apresenta um desafio para a OEA, uma vez que a construção de confiança não é bem aceita para a livre escolha de instituições; isso não pode ser feito simultaneamente com duas comunidades diferentes. Se os Estados sul-americanos escolheram dar prioridade à cooperação no quadro da Unasul, a OEA seria eventualmente desmontada (WEIFFEN, WEHNER, NOLTE, 2013, p. 378, *tradução nossa*).

Tais tensões revelam a vulnerabilidade no comprometimento a vínculos institucionais em ambientes que possuem o conhecido “overlapping regionalism”. Nesse sentido, a concepção final do termo é colocada como

Regionalismo Líquido é caracterizado pelo baixo comprometimento de atores (especialmente atores estatais e governamentais), o que reforçou a ideia de que normas regionais e estruturas são voláteis e mutáveis, feitas não para se cristalizarem ou se perpetuarem. Essa é a principal característica da lógica líquida, já que o conceito se refere a relações instáveis. [...] Processos de integração perdem sua capacidade de prover previsibilidade e confiança aos participantes, que começam a interagir em um contexto em que há limites e padrões que são constantemente alterados, ou pelo menos, menos reforçados (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021, p. 6, *tradução nossa*).

Nesse âmbito destaca-se o surgimento do Prosul, pensado como um substituto para o que a Unasul representou durante a Onda Rosa na América do Sul, descrito por Pascual (2021) como “mais que uma instância autônoma e objetiva de países, é um espaço a serviço dos interesses políticos de seus fundadores: os presidentes Piñera e Duque” (PASCUAL, 2021, p. 165, *tradução nossa*), ambos símbolos de ideais neoliberais em seus respectivos países. Tanto o Brasil quanto a Argentina, importantes membros do Mercosul, participaram das negociações que fundaram o Prosul, demonstrando o alinhamento ideológico com os preceitos da instituição.

Esse acontecimento é digno de análise especialmente pelo papel que esses dois países desempenham para o Mercosul, ou seja, para entender as tendências e diagnosticar o Mercosul contemporâneo é preciso fazer uma leitura transversal, que se estenda além do que acontece intra-Mercosul. Principalmente, levando-se em consideração o que é entendido como “imperialismo brasileiro”, um termo que designa a preponderância e influência do país nas atividades do bloco por ser o maior país e aquele com a economia mais diversificada (COUTINHO, 2009).

O Mercosul está fortemente ligado à vontade política do Brasil e à sua decisão de liderança regional e, “dado que al paso de estos 20 años Brasil modificó su visión – e intereses sobre la integración y el Regionalismo – el Mercosur ha pasado por etapas de indefinición acerca de su destino como proyecto.” (BERNAL-MEZA, 2013, p.653-654) Ou seja, a complexidade do papel do Brasil na integração regional e do Mercosul, no qual existe volubilidade dos demais países entre um “imperialismo brasileiro” (nos termos de Marini (2012, p. 40), do subimperialismo), ou das críticas de um distanciamento brasileiro na região, atuando mais globalmente do que regionalmente (RODRIGUES, 2016, p. 14).

Ainda dentro da tipologia acerca do Regionalismo Líquido, os autores buscam resolver os impasses que o próprio termo desenvolve a partir da subdivisão do regionalismo empírico em três categorias distintas (I, II e III), a partir do aprofundamento de suas instituições. No primeiro deles estão os processos de (I) Consulta, em que atores estatais – de cargos executivos, em particular – desempenham um papel central, possuem um design institucional raso e uma agenda restrita baseada em decisões por consenso. É possível encontrar características dessa categoria em órgãos como o Grupo de Lima, o Prosul e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) pós-crise venezuelana (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021). Especialmente no Grupo de Lima e Prosul, que surgiram durante a onda do Regionalismo Líquido, é possível observar os fracos laços institucionais nos mecanismos propostos em suas reuniões e cúpulas, com baixa efetividade em seus resultados, apresentando-se apenas como espaços de diálogo sem uma concertação política adequada. Pascual (2021) é bastante crítico em relação aos resultados alcançados pelo Prosul, chegando a considerá-lo um sinal de desintegração, devido a sua atuação irrisória, se não omissa, em temas de preocupação regional coletiva, como a pandemia da Covid-19 e a ruptura democrática boliviana, em 2019.

O Prosul está próximo a completar dois anos de funcionamento. No último mês de dezembro, no momento de entregar a Presidência *pro tempore* do fórum à Colômbia, Piñera apresentou o “Relatório de Gestão 2019-2020”. Em sua introdução fala de “avanços significativos” e “aporte relevante”. Porém, uma leitura exaustiva, e ainda assim benevolente, do relatório não permite identificar qualquer resultado concreto relevante em nenhuma das áreas prioritárias (PASCUAL, 2021, p. 160, *tradução nossa*).

A segunda categoria é a (II) Cooperação, mais comum no território americano, em que se observa a predominância de atores estatais, um design institucional limitado, mas com mecanismos de consulta mais complexos, um nível de interdependência baixo e agendas regionais limitadas a temas prioritários. Dentro dessa categoria é possível encontrar projetos como a OEA, Unasul, ALBA e Aliança do Pacífico. Esse tipo de iniciativa teve seu momento de maior destaque durante o Regionalismo Pós-Hegemônico, projetos ambiciosos que hoje encontram-se em um período de estagnação, pois o desenho institucional dessas organizações não foi capaz de suportar crises massivas que abateram a região, como o colapso venezuelano, o que levou ao questionamento das mesmas e, em casos mais severos, ao desmonte, como foi o caso da Unasul (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021).

Por fim, a terceira categoria para o regionalismo empírico é a própria (III) Integração, projetos que envolvem atores estatais, não-estatais e regional, apresentam um design institucional mais complexo e uma agenda mais ampla – que podem ir desde temáticas de cunho social e político a tópicos estritamente econômicos e comerciais –, existe um consenso predominante sobre as normas regionais e uma dimensão econômica que se desenvolve através de áreas de livre comércio, união aduaneira ou mercados comum. Nessa categoria encontram-se o Mercosul, Comunidade Andina, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Sistema da Integração Centro-Americana (SICA) e Comunidade do Caribe (CARICOM) (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021). Em virtude do escopo e da institucionalidade mais profundos, essas instituições estão entre as mais duradouras na região, sobrevivendo e reformulando-se durante as sucessivas ondas regionais. A onda de regionalismo contemporânea apresenta desafios para organizações como o Mercosul, devido a agendas de política externa que secundarizaram as atividades de integração colocando-as em contraposição às relações bilaterais, esse comportamento é ilustrado pela fala do Ministro da Economia brasileiro Paulo Guedes.

“O Mercosul não será uma prioridade no próximo governo”, disse ele ao ser questionado por uma jornalista da Argentina durante encontro com a imprensa logo após a consolidação da eleição. [...] Segundo Guedes, o Brasil “ficou prisioneiro de alianças ideológicas” e que isso é ruim para a economia. Ainda de acordo com o economista “não vamos quebrar nenhum relacionamento. Se eu só vou comercializar com Venezuela, Bolívia e Argentina? Não. Nós vamos comercializar com o mundo, serão mais países. Vamos fazer comércio.” (EXAME, 2018).

Considerando o peso do Brasil no bloco, essa fala simboliza um novo momento para o Mercosul que acabou alinhando-se às tendências do Regionalismo Líquido, sem novos incentivos para programas e projetos de desenvolvimento social e aprofundamento da concertação política, o bloco tem favorecido acordo mais flexíveis e reduziu sua agenda social.

As novas atividades do Mercosul estão mais voltadas à liberalização comercial, a serem exploradas a seguir.

Gavião e Velasco Júnior (2021) apontam para três episódios emblemáticos que sinalizam a “mudança dos ventos” no Cone Sul a partir de 2013: a ascensão do Partido Colorado nas eleições do Paraguai, em 2013; a vitória de Mauricio Macri para presidência na Argentina, em 2015; e o “impeachment” da presidenta brasileira Dilma Rousseff, em 2016.

Cepêda (2018) realiza um trabalho extenso buscando detectar as características dessa guinada à direita, especialmente no Brasil, mas como parte de um movimento internacionalmente expressivo. As premissas da análise da autora permitem interpretar a posição ocupada pelo Mercosul na política externa brasileira que, como mencionado, é secundarizada em função de afirmativas neo-patrióticas, nos termos de Sanahuja e Burian (2020). Cepêda (2018) apresenta a disputa dos espectros políticos a partir de um eixo entre inovação e superação da ordem, protagonizada pela esquerda, e conservadorismo e re-ação (recusa), características da direita. Fundamentado nesse eixo, é possível inserir o debate a respeito da integração como instrumento de autonomia para a América do Sul e como diferentes governos idealizam suas políticas em torno desse objetivo.

Como analisado no capítulo anterior, o Regionalismo Pós-Hegemônico teve a autonomia regional como um princípio fundamental no regimento de suas instituições, tanto a Unasul quanto a ALBA, por exemplo, buscaram desvincular-se de uma ordem essencialmente ocidental e alinhada ao consenso hegemônico, perceptível desde a nomenclatura do período. Por outro lado, com a ascensão das novas direitas, uma nova configuração um tanto quanto contraditória passa a ocupar os ideais da América do Sul: um realinhamento com políticas neoliberais, ao mesmo tempo que a ordem institucional é questionada, podendo assim ser reconhecida como uma direita de características iliberais.

A ascensão da extrema-direita neo-patriota na América Latina é, como argumentado, um fenômeno global, que vai além de especificidades nacionais originadas de uma crise da hegemonia. Esses movimentos questionam tanto a esquerda cosmopolita quanto a direita liberal e globalista. Sua escalada implica em um processo de repolitização e contestação das normas e instituições da ordem liberal, sob uma retórica nacionalista que mobiliza aqueles que foram negativamente afetados pelos processos de globalização (SANAHUJA; BURIAN, 2020, p. 26, *tradução nossa*)

Portanto, a partir do estudo do artigo mencionado, o presente trabalho utiliza o conceito de Regionalismo Líquido como um aglomerado de ideologias de caráter anti-multilateral, promovido por figuras centrais na região e nos governos que fazem parte, que buscam contestar e reformular as iniciativas de caráter regional, com preferência a acordos vagos sem durabilidade que não interfiram no princípio de soberania estatal e princípios mais próximos a

movimentos políticos de direita. Essa concepção guiará a lente de análise que buscará entender o papel do Mercosul e sua resiliência dentro dessa conjuntura.

3.2. *Acordos do Mercosul: reflexões comportamentais*

Como observado, dentro de 31 anos, o Mercosul desenvolveu uma rigidez institucional capaz de sustentá-lo meio às diversas ondas que agitaram a região nesse tempo. Mesmo em meio aos boicotes característicos do Regionalismo Líquido, firmou acordos que tornam possível analisar seu comportamento e suas prioridades nos últimos anos. Dentre eles destacam-se o Acordo de Associação Estratégica com a União Europeia, a aproximação com a Aliança do Pacífico, o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul (PCFI) e, embora não se tratem de acordos oficiais, a Reunião de Mendoza, que traça os novos rumos do bloco a partir de 2017, e a Reunião comemorativa dos 30 anos do Mercosul junto à 59ª Cúpula do Mercosul, realizada no mesmo ano. É importante relembrar o aspecto institucional intergovernamentalista do Mercosul e como isso o torna mais suscetível às mudanças de ordem política que acontecem dentro das fronteiras de seus Estados Partes, especialmente no Brasil, que nas palavras de Rodrigues (2016), dada suas proporções e capacidades, é o centro polarizador e dinamizador da integração sul-americana.

A começar pela 50ª Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula do Mercosul e Estados Associados, ou Reunião de Mendoza, que teve lugar na Argentina, em 2017, agregou chanceleres e presidentes de cada sócio do bloco e pautou novas diretrizes para as políticas mercosulinas. Devido a desavenças internas, essa foi a primeira reunião de chefes de Estado do Mercosul desde 2015 e marcou a entrada do ex-presidente brasileiro Michel Temer na presidência temporária do bloco (UOL, 2017; RESENDE, 2017).

A agenda da 50ª Reunião esteve voltada para dois temas principais: a expansão do liberalismo comercial, valorizando a competitividade do livre comércio e reduzindo o número de barreiras comerciais; e a crise política e econômica na Venezuela, que já estava suspensa do bloco, buscando discutir formas de pressionar o regime do presidente Nicolás Maduro. Foram discutidas também a aproximação com dois importantes blocos comerciais, a Aliança do Pacífico e a União Europeia, o acordo com o bloco europeu já vinha sendo pauta há mais de duas décadas, mas a afinidade com o livre comércio de líderes como Macri e Temer gerou esperança para resolver os entraves da negociação (UOL, 2017; RESENDE, 2017).

Em nota à imprensa, o governo brasileiro destacou o seguinte:

O Brasil dará continuidade à revitalização do MERCOSUL, nas vertentes da integração comercial, dos direitos humanos e da democracia. Privilegiará o fortalecimento do mercado comum e a agenda de negociações externas, com ênfase nas tratativas com a União Europeia, com a Associação Europeia de Livre Comércio, com o Canadá e com parceiros da Ásia, além do prosseguimento do programa de trabalho já acordado com a Aliança do Pacífico (BRASIL, 2017, p. 1).

Em análise, percebe-se a Reunião de Mendoza como a abertura de um novo capítulo para o Mercosul, que em um primeiro momento prioriza o fortalecimento da integração regional através da expansão de acordos comerciais, que veio a ser desenvolvido nos anos posteriores. Esse novo momento é contrastante em relação ao anterior, em que os objetivos dos governos vigentes estavam voltados à ampliação da agenda de trabalho do Mercosul, com a criação de órgãos e programas que solidificassem o papel social do bloco, bem como suas dinâmicas de institucionalização. Entender essa virada a partir da interação entre agência e estrutura permite concluir que o modelo decisório intergovernamental do bloco facilitou o crescimento de um ambiente mais favorável a aberturas comerciais e concessões de barreiras, conforme o perfil político de Macri e Temer à época. Isso porque por não se tratar de um bloco com um órgão decisório supranacional, as ações do Mercosul são conduzidas de acordo com negociações que tenham por base os ditames das políticas externas de cada um de seus membros, igualmente suscetíveis a mudanças de acordo com resultados eleitorais. Além disso, não existe um regime que regule uma coordenação efetiva da gestão macroeconômica regional, enfraquecendo o poder de ação independente do bloco em matérias de solução comum e conservando o Mercosul como esse mecanismo de encontro de políticas nacionais (RODRIGUES, 2016). Assim, a primeira característica apreendida para o Mercosul atual é a preferência pela ordem liberal conforme a vontade dos governos vigentes, evidenciando o primeiro giro de 180° por contraste à autonomia regional.

[...] por um lado a estratégia de "aprofundamento" do Mercosul esbarra na ideologia neoliberal, livre-cambista e multilateralista das autoridades econômicas argentinas e brasileiras e nas assimetrias entre os Estados, as quais dificultam a elaboração de políticas comuns através de mecanismos intergovernamentais ou de instituições supranacionais (GUIMARÃES, 2002, p. 132-133).

A partir de 2017, os principais movimentos do Mercosul foram mais flexíveis e de ordem financeira e econômica, a exemplo da assinatura do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul que entrou em vigor em julho de 2019 e propôs-se a criar um espaço regional que estimule a atração de investimentos estrangeiro e a internacionalização de empresas, bem como a criação de mecanismos que reduzam as dificuldades do investidor, no acesso a informações e procedimentos necessários à efetivação de seus investimentos (BRASIL, 2019). As expectativas do Mercosul para esse acordo são a

viabilização de um desenvolvimento sustentável entre os países, o fortalecimento do contato entre investidores e governos e a expansão da capacidade produtiva por meio de investimentos (MERCOSUL, 2019). Em um primeiro momento reconhece-se o esforço de estímulo à integração, por se buscar uma dinamização das economias do Cone Sul.

No entanto, uma possível crítica ao PCFI, devido a seu princípio essencialmente liberal, é a ausência de medidas que busquem tratar diretamente as assimetrias patentes entre as economias de cada Estado Parte. Embora os artigos 5º e 7º do referente Protocolo abordem a não discriminação e a compensação por perdas, respectivamente, é somente a partir das incorrências da liberalização financeira, desconsiderando as diferenças à receptividade de investimentos em cada um dos países do bloco, como infraestrutura física, desigualdade econômica e margem de manobra (MERCOSUL, 2017). Ou seja, o Protocolo não cria espaço para desenvolvimento estrutural conjunto na União Aduaneira, trata-se apenas da diminuição de barreiras impostas que, inicialmente, fomenta o crescimento através do livre fluxo de capitais, mas não enxerga dificuldades estruturais presentes.

Aponta-se, dessa forma, que outra característica do perfil contemporâneo do Mercosul seja a retração em compromissos ambiciosos, que exigiriam uma reconfiguração do funcionamento institucional do bloco. O PCFI representa, sobretudo, o desejo de um retorno à primeira fase dos anos 1990, um Mercosul mais aberto. Tal aspecto aproxima o novo Mercosul ao movimento conjuntural estabelecido pelo Regionalismo Líquido, como reconhecido pelos próprios criadores do termo.

Simultaneamente, nós identificamos que muitos projetos regionais desenvolvidos em fases anteriores perderam fôlego no contexto do Regionalismo Líquido, sofrendo estagnação, como nos casos da Comunidade Andina e Mercosul [...] A medida que o regionalismo nas Américas vem mudando ao longo do tempo, os projetos estão tornando-se cada vez mais voláteis e menos institucionalizados (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021, p. 16, *tradução nossa*).

As aproximações estratégicas com outros blocos comerciais também fazem parte da ênfase e expansão das atividades comerciais do Mercosul. Os esforços para a concretização de tais acordos também reposicionam o eixo ideológico que vinha sendo pensado e aplicado para o bloco, reforçando uma espécie de reaproximação aos primórdios do Mercosul, como mencionado anteriormente, embora dessa vez, exija uma complexidade maior de estruturação e adequação das normas como há de ser visto.

O Mercosul busca a possibilidade de um acordo com a Aliança do Pacífico desde 2014, quando foram adotadas medidas que facilitassem as trocas comerciais entre os países da região, como a remoção de barreiras tarifárias e regulatórias ao comércio entre os integrantes do bloco

e a facilitação de cooperação aduaneira e a interação de empresas. A Aliança do Pacífico surgiu em 2011 e integra quatro países da América Latina – Chile, Colômbia, México e Peru – e junto do Mercosul é responsável por 90% do PIB e dos fluxos de investimentos externo direto da América Latina, além de reunir 80% da população regional e um mercado de quase 470 milhões de pessoas (BRITO, 2018). Por essas características, um acordo entre Aliança do Pacífico e Mercosul vem se mostrando tão atrativo para as entidades regionais, especialmente em um momento que o Mercosul enfatiza sua inserção no mercado internacional.

Dados recentes apresentam volumes comerciais generosos na interação entre os blocos e representam as vantagens da aproximação entre eles. Em 2017, as trocas comerciais entre os países dos dois grupos somaram US\$ 35,3 bilhões. As exportações entre os países aumentaram em 15%, enquanto as importações aumentaram em 22% em relação ao ano anterior (BRITO, 2018).

Desde 2017, houve esforços notórios para a aproximação entre Brasil e Chile, a integração através dos grupos comerciais é mais um mecanismo que se soma a esse desejo de fortalecer as relações comerciais entre os países. O ex-secretário geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Alejandro Navarrete, descreveu essa recente aproximação como “um novo marco” na tendência regional da América Latina, e “a chave para o futuro da convergência pela densidade que representam no que tange a comércio, PIB e população” (AGÊNCIA SENADO, 2019, p. 1). Os comentários de Navarrete, mais uma vez, reforçam o aspecto comercial predominante no regionalismo contemporâneo. Além disso, essa proposta contou com o apoio de outras entidades regionais, como a CEPAL, que organizou seminários que defendiam a aliança entre Mercosul e Aliança do Pacífico como a tonificação dos vetores da integração regional da América Latina, especialmente pela inclusão de elementos das novas tecnologias digitais, como a Agenda Digital eLAC⁶ e a construção de um Mercado Digital Regional – impulsionados pela Comissão Regional da ONU (CEPAL, 2018).

No entanto, o empenho do Mercosul em concretizar acordos com a Aliança do Pacífico não passaram de ensaios de aproximação, afinal, nesse período nenhum acordo de livre comércio foi assinado pelas partes. Ainda assim, é possível interpretar que os anseios gerados são um ponto fora da curva para o Regionalismo Líquido, uma vez que fatores externos como

⁶ A Agenda eLAC é a proposta para “um instrumento catalisador para os esforços de cooperação regional na área digital e um mecanismo para promover a formulação de políticas, o desenvolvimento de capacidades e o diálogo político” (CEPAL, 2020, p. 1) em um cenário de transformação digital. O instrumento conta com oito áreas de ação para promover uma estratégia de mercado digital: infraestrutura digital, transformação digital e economia digital; governo digital; inclusão, competitividade e habilidades digitais; tecnologias emergentes para o desenvolvimento sustentável; confiança e segurança digital; mercado digital regional; e cooperação regional digital (CEPAL, 2020).

a crise sanitária da pandemia de Covid-19 estagnou o desenvolvimento de novas formações regionais na América Latina. As tentativas de acordo com a Aliança do Pacífico são essencialmente a representação do revigoramento de um Mercosul comercial, que visa, em especial, a eliminação de barreiras e a promoção do livre fluxo de capitais. Além disso, é possível perceber que boa parte dos esforços de dirigentes e associados do Mercosul estavam voltados ao Acordo de Associação Estratégica com a União Europeia, assinado em 2019 e que, no momento em que se escreve, tramita na fase de avaliação por governos nacionais.

O fechamento de um acordo de livre comércio com a União Europeia foi o episódio de maior destaque para o Mercado Comum do Sul durante o Regionalismo Líquido, especialmente levando em consideração que a negociação completava 20 anos em 2019, e as proporções dos dois blocos são bastante significativas. Juntos, Mercosul e União Europeia reúnem um mercado de 800 milhões de habitantes, quase $\frac{1}{4}$ do PIB global e mais de US\$ 1 trilhão de comércio bilateral de bens e serviços (MERCOSUL, 2019b).

Para o Mercosul, o acordo representa um crescimento na porosidade do mercado europeu, permitindo uma maior inserção internacional para as economias do Cone Sul e consolidando a participação de empresas sul-americanas em cadeias globais de valor. Além disso, a entrada em mercados mais desenvolvidos, a partir de um ponto de vista macroeconômico liberal, aumenta a competitividade da economia, promove a chega de investimentos e acelera o processo de transferência tecnológica, que por consequência propiciam o crescimento do PIB e a geração de empregos (MERCOSUL, 2019). Além disso, o sucesso inicial da assinatura do Acordo foi utilizado para fortalecer a imagem interna dos governos argentino e brasileiro. Para Macri, que vinha enfrentando declínio em sua popularidade no meio de 2019, o Acordo poderia minimizar os problemas econômicos da Argentina, com os benefícios comerciais e o apoio político de credores internacionais que ele trazia. Enquanto isso, do lado brasileiro, o presidente Bolsonaro assumiu o cargo com uma imagem internacional envolta de polêmicas negativas, assim, o Acordo seria um símbolo de resultados positivos de sua gestão, que melhoraria sua reputação interna e internacional (NOLTE; RIBEIRO, 2021).

O próprio Mercosul destaca seis eixos que recompensam sua parte do Acordo com a UE, sendo eles: (1) maior qualidade institucional, com normas transparentes que reduzem a discricionariedade na aplicação de políticas e econômicas, além da formação de um vínculo político, cultural e econômico estratégico com a região europeia; (2) melhora na competitividade dos países mercosulinos, especialmente Brasil e Argentina, que possuem grandes economias. As condições de acesso a bens, serviços e investimentos são dinamizadas

ao reduzir e eliminar as restrições comerciais, simplificar procedimentos de operação comercial, facilitar o acesso à tecnologia, insumos e bens intermédios necessários para a produção de bens com valor agregado; (3) amparo em um tempo de transição, que considera os processos de adequação das economias à competência internacional, especialmente aos países do Mercosul, que terão prazos para atender à desgravação tarifária entre 10 e 15 anos; (4) favorecimento da integração regional, dinamizando o comércio intra-regional e assumindo novos compromissos em termos de circulação, harmonização de normas e simplificação de procedimentos internos; (5) estabelecimento de benefícios para Pequenas e Médias Empresas (PMEs), o acordo contempla programas especiais que facilitam a integração das mesmas em cadeias de valor globais, assistência técnica, transferência de *know how*, parcerias e outros serviços; (6) promoção da atração de investimentos, ao se outorgar certeza e estabilidade às regras do jogo, facilita o incremento do investimento estrangeiro (MERCOSUL, 2019).

Para Nolte e Ribeiro (2021), a negociação do Acordo foi favorecida em função da agenda econômica predominante em países do Mercosul, em especial Argentina e Brasil, com governos que advogavam por economias abertas e livre mercado. Essa “repolitização” americana é constantemente mencionada como um fator crucial para o demorado entendimento entre os grupos, o que significa que maiores concessões tiveram de ser realizadas para que chegassem a um ajuste. Para a União Europeia, o Mercosul era mais um marco em uma sucessão de acordos de livre comércio e abertura de mercados para empresas europeias, tendo assinado o Acordo Integral de Economia e Comércio (CETA) com o Canadá em 2016 e com uma negociação em curso para um acordo de livre comércio com o Japão. Tais negociações foram interpretadas como tentativas da Comissão Europeia enviar sinais contra o protecionismo estadunidense de Donald Trump, mas também manter a sua posição como maior parceiro comercial do Mercosul, em face das investidas chinesas na América Latina (NOLTE; RIBEIRO, 2021).

No entanto, o acordo não foi bem recebido por todos os setores europeus, principalmente pelo lobby agrícola francês, que desde o início intencionou impor barreiras à negociação, uma vez que as vantagens competitivas dos produtos agrícolas do Mercosul apresentavam ameaças ao setor europeu.

Isso aconteceu parcialmente devido à pressão de fazendeiros franceses, mas também serviu aos interesses econômicos do governo francês, já que ele é um dos principais beneficiários da Política Agrícola Comum da União Europeia (CAP). A suposta pressão foi instrumentalizada como “moeda de troca” pelo governo francês para defender uma política comercial europeia mais protecionista e afastar as demandas do Mercosul por concessões (NOLTE; RIBEIRO, 2021, p. 89, *tradução nossa*).

Além disso, o presidente francês Emmanuel Macron ainda pautou problemáticas ambientais como justificativa para refrear as negociações com o Mercosul. Para o francês, a expansão da área cultivada por meio do desmatamento florestal oferecia uma vantagem aos fazendeiros sul-americanos em comparação aos europeus e, ainda, prejudicava o meio-ambiente. Esse é um dos principais pontos críticos para a Europa em relação ao Acordo, a posição francesa contou com o apoio da Irlanda, Polônia e, em menor grau, Eslováquia, República Tcheca, Áustria, Hungria, Romênia e Bulgária. Em 2020, o Parlamento Europeu votou por uma medida simbólica que afirmava que o acordo entre Mercosul e União Europeia não poderia ser ratificado na forma em que se encontra, ecoando as críticas feitas à frouxidão do governo brasileiro quanto a suas políticas ambientais (NOLTE; RIBEIRO, 2021).

Em síntese, Nolte e Ribeiro (2021) argumentam que tanto o Mercosul quanto a União Europeia elaboram projeções irreais a respeito dos resultados concretos da associação. A ameaça sul-americana que gerou o slogan crítico “Cars for cows” – sugerindo que o acordo beneficiaria empresas europeias automotivas em detrimento das empresas agrícolas – é considerada um exagero. De acordo com o Ex-Comissário da Agricultura, a importação de carnes representa somente 1,25% do consumo europeu. A não assinatura do tratado não reduziria as alíquotas de exportação das economias sul-americanas e ainda privaria a União Europeia da oportunidade de aplicar medidas de revisão contra o Brasil, em proteção das políticas adotadas em relação à floresta amazônica.

Do outro lado, o acordo também não acarretaria no aprofundamento da desindustrialização no Cone Sul, como vem sendo levantado por críticos, uma vez que a causalidade não está associada. Nolte e Ribeiro (2021) ressaltam que o aumento da importação de produtos industriais da China, ao mesmo tempo que se aumentou a exportação de agrícolas para o país, tem mais peso sobre a reprimarização das economias latino-americanas do que um acordo de livre comércio com a União Europeia.

De qualquer modo, é inegável que para o Mercosul, tangente às vantagens enxergadas pelos defensores da dita modernização do bloco através da expansão da inserção internacional, o acordo representa um capital político. Como mencionado, tanto o governo argentino quanto o brasileiro aproveitaram-se do sucesso das negociações para aumentar a sua credibilidade frente ao público doméstico e aos investidores. Com governos sul-americanos guiados por visões menos protecionistas, houve menos obstáculos para a realização de concessões da forma que vinha sendo anteriormente. Não obstante, o acordo também representa um compromisso com a readequação de normas institucionais e fortalecimento de laços inter-regionais em torno

do livre comércio. Novamente, reverbera as características observadas em outros movimentos, postulando o novo perfil evidentemente neoliberal do bloco.

Em 2021, celebrou-se o 30º ano do Mercosul, desde sua assinatura em 1991. Nessa ocasião realizou-se uma reunião comemorativa no dia 26 de março de 2021 entre os presidentes de cada Estado Parte, a fim de realizar um balanço de seu processo de integração, oportunidades, desafios e reafirmar a vontade integradora dos países (BRASIL, 2021). Nos discursos presidenciais destaca-se a ênfase dada pelo presidente brasileiro Jair Bolsonaro e o uruguaio Luis Lacalle Pou à ampliação das negociações comerciais com países fora do bloco. O presidente Bolsonaro ressaltou, ainda, que eventuais diferenças políticas entre os membros não poderiam afetar a integração ou o desenvolvimento econômico da região. No entanto, a proposta encontrou resistência por parte da Argentina e Paraguai, aquela que vem enfrentando uma grande crise econômica, com uma queda de quase 10% do PIB nacional no ano de 2020.

A flexibilização sugerida por Bolsonaro e Lacalle Pou requer a reforma da Tarifa Externa Comum (TEC), que facilitaria a entrada de produtos de países que não pertencem à União Aduaneira. O chefe de Estado argentino Alberto Fernández continuou insistindo em uma maior proteção da indústria argentina e manifestou descontentamento com Lacalle Pou, convidando-o a retirar-se do bloco após falas do uruguaio afirmando que o Mercosul não pode ser “uma carga” ou “um espartilho” (VEJA, 2021a). O Encontro Presidencial deu tom às primeiras desavenças dentro do bloco, desde a saída de Macri da presidência argentina. Fernández, que venceu as eleições ao lado de Cristina Kirchner, caminha contra a corrente das tendências do Regionalismo Líquido, fixando um ponto de resistência à predominante ideologia neoliberal que se estabelece na região. Em março de 2021, o país deixou o Grupo de Lima, criticando a “inutilidade” do órgão consultivo e sinalizando as mudanças ideológicas de sua gestão em relação à anterior (VEJA, 2021b).

Em dezembro, no mesmo ano, aconteceu a 59ª Cúpula de Chefes de Estado do Mercosul, em que se destacaram as declarações presidenciais a respeito da recuperação pós-pandemia, integração digital e cooperação na área de defesa e segurança. O governo brasileiro aproveitou o espaço para a defesa de uma integração produtiva na área de farmacêuticos, revelando uma expectativa relativamente vigorosa em termos de cooperação técnica e institucional.

Durante seu discurso, o presidente brasileiro disse que seu governo segue comprometido com a recuperação dos efeitos econômicos e sociais da pandemia de covid-19. Ele defendeu a integração produtiva para a expansão da indústria de fármacos na região, que foi o tema central do Fórum Empresarial do Mercosul. “A pandemia demonstrou que não podemos ficar dependentes de importações de fora da nossa região num setor tão fundamental para a vida de nossas populações” (VERDÉLIO, 2021).

O tom belicoso da reunião comemorativa deu lugar a um discurso de cooperação e insistência para a reforma da TEC, de acordo com o presidente brasileiro, essa medida ajudaria a combater as pressões inflacionárias que resultaram das “restrições internacionais e medidas restritivas internas decorrentes da pandemia e da escassez de oferta na economia”. Atualmente, a TEC média do Mercosul é de 13%, enquanto a média mundial encontra-se entre 4% e 5%. O principal ponto defendido pelo Brasil foi a ampliação da integração dos países do Cone Sul nas cadeias globais através do Mercosul, interpretada como aspecto da modernização do bloco, e destacou os avanços obtidos com as negociações com Canadá, Coreia do Sul e Singapura (VERDÉLIO, 2021).

A nota à imprensa que seguiu à reunião celebrou as conquistas alcançadas durante a presidência *pro tempore* do Brasil durante o segundo semestre de 2021. A maioria delas reside em diálogos que resultam em expectativas tímidas em temas de sustentabilidade, infraestrutura e gênero (BRASIL, 2021). Destaca-se ainda a retomada dos diálogos com os países da Aliança do Pacífico e tentativas de aproximação com países do Caribe, em particular El Salvador e República Dominicana (VERDÉLIO, 2021).

A partir dos encontros mencionados, as inferências assemelham-se àquelas encontradas anteriormente, confirmando que em sua multidimensionalidade, o Mercosul dos últimos anos manteve um comportamento regular e condizente às expectativas dos governos vigentes, observando a prioridade em uma agenda comercial extra-regional. O questionamento que se levanta é como a região e suas entidades poderão responder às contraposições que os presidentes argentino e chileno, Fernández e Boric, respectivamente, levantarão, tendo assumido as posições de figuras que foram centrais para a consolidação dos aspectos do Regionalismo Líquido.

O tipo de movimentação demonstrado pela fundação de novos acordos com outros blocos regionais e ainda a resiliência de algumas instituições revelam que a ansiedade da escola latino-americana de regionalismo no que se refere a um novo momento de “desintegração” é ainda um exagero se forem observados os comportamentos do Mercosul durante a conjuntura atual. O que se verifica é uma desaceleração do ímpeto e diminuição da ousadia testemunhada durante a era pós-hegemônica para os objetivos de integração. Embora a região tenha registrado o dismantelo da Unasul, esse episódio é mais um reflexo de um sistema regional caracterizado pelo “overlapping” e baixo comprometimento às normas institucionais, ou seja, a causalidade dos fatos parte da estrutura, a agência dos atores é meramente catalisadora, ao que houve uma mudança generalizada do cunho ideológico predominante na região.

Assim, mesmo que a conjuntura apresente uma evidente liquefação da integração institucional – num período que prioriza a criação e manutenção de órgãos de consulta com baixos índices de adaptabilidade, complexidade, autonomia e coesão, conforme o vocabulário provido por Huntington (1975) –, em consonância com a lente que guia a análise do presente trabalho, é mais válido afirmar que a características predominante do regionalismo contemporâneo seja a ênfase para a agenda comercial, em um processo de integração voltado a uma maior inserção internacional. Afinal,

[...] a presença de interesses transfronteiriços como aqueles promovidos pelo comércio regional estimula tanto a manutenção de compromissos quanto a consolidação institucional e participação de atores não-estatais, assegurando desta forma um maior dinamismo no processo (MARIANO, BRESSAN, LUCIANO, 2021, p. 11, *tradução nossa*).

Ainda assim, é preciso considerar que a redução do foco em uma agenda de caráter social e político representa um tipo de integração mais propício à criação de processos de exclusão social, afinal, ao se desconsiderar as assimetrias estruturais entre os países da região, propicia-se uma espécie de competitividade desvantajosa para economias mais fracas (RODRIGUES, 2016). O Regionalismo Líquido retrata, principalmente, a perda do fôlego latino-americano em vigiar projetos que prezam pela autonomia e coesão regional, sem qualquer pretensão de concertação política ou coordenação macroeconômica para enfrentar problemas sociais comuns, tal qual a crise sanitária de Covid-19 que assolou a região. Não se registrou a criação de nenhum programa para a cooperação técnica ou uma colisão em defesa da aquisição de vacinas para os países do Mercosul, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC). Houve a prevalência de soluções individuais, nas quais o Mercosul não desenvolveu participação efetiva, servindo principalmente como canal de recomendações franzinas. A parte disso, destaca-se a episódica aprovação de US\$ 1 milhão adicionais para o combate à Covid-19, buscando facilitar a capacidade de diagnóstico do vírus através da aquisição de equipamento para o diagnóstico agudo, kits, reativos e outros insumos para testes (MERCOSUL, 2020).

Em conclusão, o esforço para reconhecer o perfil contemporâneo do Mercosul esteve embasado em acordos, reuniões e discursos que circulassem as atividades do bloco. O presente trabalho buscou continuar um espaço de diálogo para um cenário que ainda está em curso e é suscetível às alterações de orientação política e econômica que aconteçam no interior das fronteiras de cada Estado Parte do Mercosul. O novo retrato do Mercosul é determinado a partir de comportamentos complexos que ora estão alinhados às predições do Regionalismo Líquido

e ora se apresentam com instituições maduras e resistentes às mudanças. O perfil contemporâneo do Mercado Comum do Sul é listado com as seguintes características:

- Ausência de programas que priorizem a autonomia regional, em contraste à vocação pós-hegemônica;
- Recusa à contestação da ordem e alinhamento à ordem liberal;
- Continuidade do modelo intergovernamental, volúvel às vontades dos governos;
- Retração em compromissos ambiciosos;
- Predileção por temas comerciais e financeiros;
- Distanciamento da agenda com um foco social, político e cidadão;
- Busca pela inserção no mercado internacional através de novos acordos de livre comércio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O impacto da participação do Mercado Comum do Sul (Mercosul) nas economias de seus membros ao longo de trinta anos é inquestionável. Através do estabelecimento de uma zona de livre circulação de bens e serviços atrelada à convergência nas políticas de tributação, o Mercosul foi responsável por propulsionar os valores econômicos e a margem de ação em negociações comerciais dos países do Cone Sul. Em análise, após dez anos da consolidação do bloco, Guimarães (2002) não foi se não a união tarifária a maior responsável pela expansão comercial do Mercosul, revelando que o aprofundamento da integração econômica causou impactos positivos para seus membros. O progresso foi consequentemente expandido quando, ao longo dos anos 2000, os governos priorizaram a agenda mercosulina como um espaço de convergência política e econômica, e com a inclusão de estratégias de desenvolvimento comercial mais voltadas a uma autonomia regional através do protecionismo tarifário. Tudo isso atrelado ao superciclo das *commodities* do início do século garantiu ao Mercosul um grande potencial de transformação dinamizadora para a região, propulsionando até mesmo a assertividade das políticas externas desses países, durante o período (SANAHUJA, 2019).

Ainda assim, em função de uma agenda doméstica neoliberal e do desejo por desvincular-se do momento anterior, as novas direitas promovem um modelo de integração que desvaloriza o potencial autônomo que esses espaços podem promover, como foi observado durante o Regionalismo Pós-Hegemônico. O principal fundamento desse novo regionalismo é a contestação da ordem, que encontra sua fonte nas movimentações internas de cada Estado, como proposto por Cepêda (2018), e a predileção por acordos bilaterais, que não coíbem ou limitam a margem de ação de cada economia com terceiros, como ocorre com órgãos multilaterais que possuem um conjunto institucional complexo, revelando o aspecto flexível e com baixo nível de interdependência do Regionalismo Líquido (MARIANO; BRESSAN; LUCIANO, 2021).

Através do estudo realizado, foi possível constatar o alto grau de flexibilidade e adaptabilidade presente no Mercosul, provando que seu complexo institucional pode ser resistente às mudanças ideológicas mais bruscas, além de sua função principal de estímulo ao comércio ter apresentado resultados consistentemente relevantes mesmo em períodos de desaceleração do ímpeto integrador. Esse aspecto faz com que o bloco seja digno de uma atenção especializada tratando-se do regionalismo sul-americano. Os resultados da pesquisa estiveram de acordo com o esperado, através da interpretação de reuniões, acordos, discursos e programas realizados desde que as novas direitas ganharam força, foi possível verificar que

houve um desejo comum dos líderes da região em transformar as práticas de regionalismo que tomavam curso.

Com a chegada de Fernández no executivo da Argentina, o futuro torna-se cada vez mais incerto, uma vez que seus ideais contrariam a trajetória rumada pelo Mercosul nos últimos anos. Do mesmo modo, as eleições brasileiras de 2022 a ocorrerem em outubro podem ser consideradas como um divisor de águas para o curso do regionalismo sul-americano, uma vez que os candidatos com maior expressividade representam forças ideológicas fundamentalmente distintas, tornando-se um tópico relevante de digna atenção para agendas de pesquisa dentro dos próximos meses.

Após a interpretação dos dados coletados, o que se testemunha é um fenômeno com características próprias, formações institucionais menos complexa e um movimento semelhante ao de uma maré, que avança e recua para formar marés altas e baixas. Nesse sentido, sugere-se a observação da conjuntura atual a partir de uma abordagem que em vez de localizá-la junto às outras ondas de regionalismo, considere-a como algo que surge de maneira mais frágil e consideravelmente passageira. Essa abordagem abre espaço para uma agenda que estude os efeitos do novo tipo de regionalismo em um médio prazo, uma vez que a ascensão de governos com novos perfis pode gerar novas turbulências que contestem a permanência do Regionalismo Líquido.

REFERÊNCIAS

ABREU, Sergio; FLORÊNCIO, Lima. **Trajetória do MERCOSUL e mudança de paradigmas e de posições da Política Externa Brasileira**: começo virtuoso e crise recente - possíveis interpretações. Brasília: Ipea, 2015.

AGÊNCIA SENADO (Brasil). **CRE deve tratar das negociações entre Mercosul e Aliança do Pacífico. Agência Senado**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/10/cre-deve-tratar-das-negociacoes-entre-mercosul-e-alianca-do-pacifico>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

ALMEIDA, Victor. Mares turbulentos do regionalismo líquido na América do Sul. **Observatório de Regionalismo**, [S.L], 2022. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2022/04/05/mares-turbulentos-do-regionalismo-liquido-na-america-do-sul/>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ALVAREZ, M. V. “Stranger Things”: the future of Latin American regionalism. **Conjuntura Austral**, p. 63-73, 2020.

BIANCULLI, Andrea C. Latin America. In: **The Oxford Handbook of Comparative Regionalism**. Oxford: Oxford Press, 2016.

BRANDÃO, Juliana Carvalho; VOGT, Camila Moura. Os efeitos macroeconômicos do superciclo de commodities e a influência da China na economia brasileira. **Tempo do Mundo**, [S.L.], n. 24, p. 283-317, 2020.

BRASIL. **Entrada em vigor do Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-MERCOSUL**. 2019. <Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/entrada-em-vigor-do-protocolo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-intra-mercosul>. Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. **Exportação e Importação Geral**. 2022. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>>. Acesso em: 14 mar. 2022.

_____. **L Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e L Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL**. 2017. <Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/l-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-e-l-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-do-mercosul>. Acesso em: 28 abr. 2022.

_____. **LIX Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL e Estados Associados e LIX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum - Comunicado de Imprensa de Argentina, Brasil e Paraguai**. 2021. <Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/lix-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-e-estados-associados-e-lix-reuniao-ordinaria-do-conselho-do-mercado-comum-comunicado-de-imprensa-de-argentina-brasil-e-paraguai>. Acesso em: 06 maio 2022.

BRICEÑO-RUIZ, José. Times of Change in Latin American Regionalism. **Contexto Internacional**, v. 40, n. 3, p. 573-594, 2018.

BRITO, Débora. Mercosul e Aliança do Pacífico negociam acordos econômicos. **Agência Brasil**. Brasília, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-07/mercosul-e-alianca-do-pacifico-negociam-acordos-economicos>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CEPAL. **Sobre a CEPAL**, (2021). Página inicial. Disponível em: <<https://www.cepal.org/ptbr/cepal-0>>. Acesso em 05 jul. 2021.

_____. **Convergência entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL é necessária e urgente: CEPAL**. 2018. <Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/noticias/convergencia-alianca-pacifico-o-mercosul-necessaria-urgente-cepal>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. **Países da América Latina e do Caribe aprovaram a Agenda Digital eLAC2022**. 2020. <Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/paises-america-latina-caribe-aprovaram-agenda-digital-elac2022>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. **Mediações**, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

CORDEIRO, Bruno Ferreira. **Os impactos do Mercosul sobre o comércio: uma abordagem gravitacional**. 2016. 58 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

COUTINHO, Carolina Rigotti. **O Brasil no Mercosul: uma análise sob a ótica do comércio**. 2009. 120 p. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

DABÈNE, Oliver. **Explaining Latin America's fourth wave of regionalism**. In: 2012 CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION. 2012.

EXAME. **Paulo Guedes diz que Mercosul não será uma prioridade. Isso é ruim? Exame**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-sera-uma-prioridade-isso-e-ruim/>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

FARIAS, A. J. Difusão do neoliberalismo na América Latina. **Tensões Mundiais**, v. 5, n. 8, p. 179-214, 2018.

FAWCETT, Louise. The History and Concept of Regionalism. In: REGIONALISM AND INTERNATIONAL LAW, 5., 2012, Valencia. **Anais [...]**. Valencia: European Society Of Law, 2012. p. 1-19.

FAZCOMEX. **Balança Comercial de 2020**. 2022. Disponível em: <https://www.fazcomex.com.br/blog/balanca-comercial-de-2020/>. Acesso em: 20 abr. 2022.

FMI. **International Monetary Fund: Countries**. 2022. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Home>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GALEANO, Eduardo. **As Veias Abertas da América Latina**: 15 ed. Porto Alegre: L&PM, 2020.

GAVIÃO, Leandro; VELASCO JÚNIOR, Paulo. O Mercosul aos 30 anos: ajustes e reflexão em um cenário de incertezas. **Le Monde Diplomatique**, [S.L.], abr. 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/o-mercopol-aos-30-anos-ajustes-e-reflexao-em-um-cenario-de-incertezas/>>. Acesso em: 04 abr. 2022.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Quinhentos anos de periferia**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

HOFFMAN, Andrea; KFURI, Regina; COUTINHO, Marcelo. Raio-X da Integração Regional. In: 1º ENCONTRO NACIONAL DA ABRI, 2007, Brasília. **Anais**. Brasília: ABRI, 2007. p. 1-33. Disponível em: <http://www.abri.org.br/anais/1_Encontro_Nacional_ABRI/Integracao_Regional/IR4_%20Marcelo_Coutinho_Andrea%20Hoffmann_Regina_Kfuri.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

HUNTINGTON, Samuel Phillips. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel B.; MILANI, Livia Peres. "Regionalismo governamental" sul-americano: deficiências institucionais e dependência internacional. **Mundo e Desenvolvimento**, [S.L.], p. 65-88, 2019.

_____, Cairo Gabriel B.; NEVES, Bárbara C.; SOUZA, Lucas Eduardo S. Regionalismo Sul-Americano nos Anos 2020: o que esperar em meio às instabilidades políticas? **Revista Tempo do Mundo**, p. 93-122, 2020.

_____, Cairo. Passado, presente e futuro: os 30 anos do Mercosul. **Cuadernos Sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo**, [S.L.], v. 16, n. 30, p. 11-31, 2021.

MALAMUD, A. Theories of Regional Integration and the Origins of MERCOSUR. In: LIXINSKI, L.; GIUPPONI, M. B. O. (Eds.). **The Law of MERCOSUR**. Oxford and Portland: Hart Publishing, 2010.

MANZI, Rafael. O Fim do superciclo de *commodities* e seus reflexos na economia brasileira. **Conjuntura Internacional**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p. 36-43, 2016.

MARIANO, Karina Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; LUCIANO, Bruno Theodoro. Liquid Regionalism: a typology for regionalism in the americas. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [S.L.], v. 64, n. 2, p. 1-19, 2021.

MERCOSUL. **Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-Mercosul**. 2017. Disponível em: < <https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-intra-mercopol/>>. Acesso em: 03 maio 2022.

_____. **Protocolo de Ouro Preto (Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL)**. 1994. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercopol/>>. Acesso: 11 mar. 2022.

_____. **Protocolo de Ushuaia Sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, Bolívia e Chile**. 1998. Disponível em: < <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/protocolo->

de-ushuaia-sobre-compromisso-democratico-no-mercosul-bolivia-e-chile/>. Acesso: 11 mar. 2022.

_____. **Tratado de Assunção para a Constituição de um Mercado Comum**. 1991. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/objetivos-do-mercosul/>>. Acesso: 11 mar. 2022.

_____. **Fundos adicionais FOCEM para atenção à epidemia de COVID 19 na Argentina**. 2020. Disponível em: <<https://focem.mercosur.int/pt/noticia/fundos-adicionais-focem-para-atencao-a-epidemia-de-covid-19-na-argentina/>>. Acesso em: 20 maio 2022.

_____. **Informe Técnico de Comercio Exterior: 2020**. [S.L.]: Comité Técnico UTECEM, 2021.

_____. **O MERCOSUL fecha um histórico Acordo de Associação Estratégica com a União Europeia**. 2019b. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/o-mercosul-fecha-um-historico-acordo-de-associacao-estrategica-com-a-uniao-europeia/>>. Acesso em: 30 abr. 2022.

_____. **Página Inicial**. 2021. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

MOREIRA, Luiz Felipe V.; QUINTEROS, Marcela Cristina; SILVA, André Luiz R.. **As Relações Internacionais da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2010.

NEVES, Bárbara C.; HONÓRIO, Karen. Latin American Regionalism Under the New Right. **E-International Relations**. [S.L.]. 2019. Disponível em: <<https://www.e-ir.info/2019/09/27/latin-american-regionalism-under-the-new-right/>>. Acesso em: 07 out. 2021.

NOLTE, Detlef; RIBEIRO, Clarissa Correa Neto. Mercosur and the EU: the false mirror. **Lua Nova**, São Paulo, v. 112, p. 87-122. 2021.

PASCUAL, Carlos Ominami. Prosur: ¿integración o revancha ideológica? **Nueva Sociedad**, n. 291, p. 157-168, 2021.

PERROTTA, Daniela; PORCELLI, Emanuel. El regionalismo es lo que la academia hace de él. **Revista Uruguaya de Ciencia Política**, [S.L.], v. 28, n. 1, p. 183-218, 2019.

PUIG, Juan Carlos. Integración y autonomía de América Latina en las postrimerías del siglo XX. **Integración latinoamericana**, p. 40-62, 1986.

RESENDE, Márcio. Sintonia política à direita marca cúpula do Mercosul na Argentina. **RFI**. Mendoza, 2017. Disponível em: <<https://www.rfi.fr/br/americas/20170720-linha-direta-cupula-de-chefes-de-estado-do-mercosul-mendoza-argentina>>. Acesso em: 04 maio 2022.

RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. The Rise of Post-Hegemonic Regionalism. In: RIGGIROZZI, Pia; TUSSIE, Diana. (Eds.). **The Rise of Post-Hegemonic Regionalism: The Case of Latin America**. [S.L.]: Springer, p. 1-16, 2012.

RODRIGUES, Bernardo Salgado. Mercosul: 25 anos de avanços e desafios. **Neiba**, [S.L.], v. 5, p. 1-18, 2016.

SANAHUJA, J. A. Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional en América Latina y el Caribe. In: ALFONSO, L. M.; PEÑA, L.; VAZQUEZ, M. (Eds.). **Anuario de la Integración Regional de América Latina y el Gran Caribe**. Buenos Aires: CRIES, 2008. p. 11-54.

_____, José Antonio. La crisis de integración y el regionalismo en América Latina: giro liberalconservador y contestación normativa. In: **Ascenso del nacionalismo y el autoritarismo en el sistema internacional**. Madrid: CEIPAZ, 2019. p. 107–126.

_____, José Antonio; BURIAN, Camilo López. Internacionalismo reaccionario y nuevas derechas neopatriotas latinoamericanas frente al orden internacional liberal. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 11, n. 55, p. 22-34, 2020.

UOL. **Mercosul se reinventa para tentar expandir acordos comerciais**. UOL. Mendoza, 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2017/07/20/mercosul-se-reinventa-para-tentar-expandir-acordos-comerciais.htm>>. Acesso em: 04 maio 2022.

VEJA. **Reunião de 30 anos do Mercosul termina em bate-boca entre presidentes**. **Veja**. [S.L.], 2021a. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/reuniao-de-30-anos-do-mercosul-termina-em-bate-boca-entre-presidentes/>>. Acesso em: 05 maio 2022.

_____. **Argentina deixa Grupo de Lima e critica ‘inutilidade’ de fórum político**. **Veja**. [S.L.], 2021b. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/argentina-deixa-grupo-de-lima-e-critica-inutilidade-de-forum-politico/>. Acesso em: 05 maio 2022.

VERDÉLIO, Andreia. Presidente defende combate rápido à inflação em Cúpula do Mercosul. **Agência Brasil**. Brasília, 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-12/presidente-defende-combate-rapido-inflacao-em-cupula-do-mercosul>>. Acesso em: 06 maio 2022.

WEIFFEN, Brigitte; WEHNER, Leslie; NOLTE, Detlef. Overlapping regional security institutions in South America: the case of oas and unasur. **International Area Studies Review**, [S.L.], v. 16, n. 4, p. 370-389, 2013.

WENDT, Alexander. Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics. **International Organization**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.